

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

RELATÓRIO CONTÁBIL

4º TRIMESTRE 2021

DECLARAÇÃO COM RESTRIÇÃO

ÓRGÃO 26422 – INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Instituto Federal Catarinense.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto os assuntos mencionados a seguir:

1. O ativo imobilizado da entidade está subavaliado em um montante estimado de R\$ 12 milhões devido ao não reconhecimento de móveis e imóveis que se encontram nas contas de bens não localizados e de obras em andamento.
 - a. *Existem 3 unidades com bens lançados na conta de bens não localizados com mais de 12 meses sem regularização, totalizando cerca de R\$ 280 mil de bens não alocados nas respectivas contas contábeis de bens móveis.*
 - b. *Existem 9 unidades com obras realizadas, registradas na conta de obras em andamento e/ou instalações, que se encontram finalizadas, mas que carecem de reclassificação contábil bem como do seu registro no sistema SPIUnet, totalizando cerca de R\$ 12 milhões de bens não alocados nas respectivas contas contábeis de bens imóveis.*
 - c. *A avaliação de alguns bens imóveis registrados no SPIUnet está fora da validade prevista, necessitando de nova avaliação, o que pode prejudicar os valores atualmente registrados no ativo imobilizado do órgão.*

2. O saldo de depreciação acumulada dos bens móveis está subavaliado em um montante estimado de R\$ 200 mil devido ao não reconhecimento da depreciação mensal.
 - a. *Em algumas unidades, a depreciação mensal dos bens móveis não está sendo registrada no SIAFI, ou está sendo feito de forma parcial. O relatório gerencial é extraído do sistema SIPAC que, no exercício de 2020 passou por ajustes para o correto cálculo da depreciação, mas, devido a divergências de saldos acumulados, algumas unidades não realizam o lançamento da despesa de forma plena totalizando cerca de R\$ 200 mil em VPD's não registradas.*
3. O saldo de redução ao valor recuperável dos bens móveis está superavaliado em um montante estimado de R\$ 8 milhões devido o lançamento equivocado de redução ao valor recuperável.
 - a. *3 unidades realizaram o lançamento de redução ao valor recuperável no processo de reavaliação ocorrido em 2016 de forma equivocada. Tais valores deveriam ter sido lançados em ajustes de exercícios anteriores por se tratar do primeiro ajuste de reavaliação do órgão, totalizando cerca de R\$ 8 milhões em VPD's não registradas com respectivo saldo indevido no ativo.*
4. O passivo circulante de transferências financeiras a comprovar da entidade está superavaliado em um montante estimado de R\$ 18 milhões devido à falta de registro das prestações de contas do termos de execução descentralizadas junto à SETEC.
 - a. *Os TED celebrados com o IFC carecem de confirmação das prestações de contas já enviadas à SETEC, totalizando cerca de R\$ 18 milhões em transferências já comprovadas, mas que permanecem com saldo no passivo. Os lançamentos para a baixa destes valores, devem ser feitos pela concedente dos TED's.*
5. As contas de variações patrimoniais diminutivas estão subavaliadas em um montante estimado de R\$ 500 mil devido o registro das apropriações das despesas de 2021 fora do período de competência.
 - a. *Houve a falta de registro de despesas de 2021 dentro da competência 12/2021, não havendo o lançamento destas VPD's neste exercício, sendo*

que as mesmas só serão registradas em 2022, totalizando cerca de R\$ 500 mil em VPD's não registradas dentro da competência adequada.

6. *As contas de controle de execução dos contratos estão subavaliados em um montante estimando de R\$ 1 milhão por não apresentarem valores reais a executar e executados devido ao não acompanhamento analítico dos contratos firmados com o IFC.*

a. *Os contratos assinados, suas prorrogações e aditivos, devem ser registrados nas contas de controle do SIAFI, todavia, este acompanhamento não é realizado por todas as unidades do IFC, o que causa prejuízo na informação presente nas contas de controle de contratos.*

Local: Blumenau/SC

Data: 31/12/2021

Contador Responsável: Charles Laubenstein

CRC/SC: 038093/O-4



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMIÇÃO 28/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	A.H.	A.V.
ATIVO CIRCULANTE	33.168.147,68	28.515.980,04	16,31%	6,14%
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.418.220,08	24.697.873,13	15,06%	5,26%
Créditos a Curto Prazo	908.375,45	759.649,41	19,58%	0,17%
Clientes	-	2.228,20	-	-
Demais Créditos e Valores	908.375,45	757.421,21	19,93%	0,17%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	-
Estoques	3.778.649,07	2.990.417,91	26,36%	0,70%
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	62.903,08	68.039,59	-7,55%	0,01%
ATIVO NÃO CIRCULANTE	507.273.339,16	454.009.323,01	11,73%	93,86%
Ativo Realizável a Longo Prazo	15.149,00	15.149,00	0,00%	0,00%
Créditos a Longo Prazo	15.149,00	15.149,00	0,00%	0,00%
Demais Créditos e Valores	15.149,00	15.149,00	0,00%	0,00%
Estoques	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Participações Permanentes	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	-	-
Imobilizado	506.665.150,37	453.430.082,37	11,74%	93,75%
Bens Móveis	73.977.152,10	56.956.149,91	29,88%	13,69%
Bens Móveis	99.845.172,29	98.851.023,66	1,01%	18,47%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-17.518.662,34	-33.545.515,90	-47,78%	-3,24%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-8.349.357,85	-8.349.357,85	0,00%	-1,54%
Bens Imóveis	432.687.998,27	396.473.932,46	9,13%	80,06%
Bens Imóveis	438.740.809,50	402.234.753,87	9,08%	81,18%

(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-6.052.811,23	-5.760.821,41	5,07%	-1,12%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-		
Intangível	593.039,79	564.091,64	5,13%	0,11%
Softwares	593.039,79	564.091,64	5,13%	0,11%
Softwares	959.277,28	920.537,28	4,21%	0,18%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-366.237,49	-356.445,64	2,75%	-0,07%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
Direitos de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-		
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-		
Diferido	-	-		
TOTAL DO ATIVO	540.441.486,84	482.525.303,05	12,00%	100,00%

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	A.H.	A.V.
ATIVO FINANCEIRO	28.418.220,08	24.697.873,13	15,06%	
ATIVO PERMANENTE	512.023.266,76	457.827.429,92	11,84%	

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	A.H.	A.V.
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos				
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	30.297.128,63	24.832.849,91	22,00%	100,00%
Atos Potenciais Ativos	30.297.128,63	24.832.849,91	22,00%	100,00%
Garantias e Contragarantias Recebidas	3.051.391,47	1.146.503,39	166,15%	10,07%
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	27.231.424,95	23.672.034,31	15,04%	89,88%
Direitos Contratuais	14.312,21	14.312,21	0,00%	0,05%
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-		
TOTAL	30.297.128,63	24.832.849,91	22,00%	0,00%

PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	A.H.	A.V.
PASSIVO CIRCULANTE	56.351.591,98	47.602.307,86	18,38%	10,43%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	29.216.760,60	26.895.692,54	8,63%	5,41%
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-		
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	521.389,09	414.590,17	25,76%	0,10%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-		
Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-		
Provisões a Curto Prazo	-	-		
Demais Obrigações a Curto Prazo	26.613.442,29	20.292.025,15	31,15%	4,92%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	338.492,26	-	-	0,06%
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	337.704,96	-	-	0,06%
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-		
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-		
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-		
Provisões a Longo Prazo	-	-		
Demais Obrigações a Longo Prazo	787,30	-	-	0,00%
Resultado Diferido	-	-		
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	56.690.084,24	47.602.307,86	19,09%	10,49%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				

ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	0,05%	0,00%
Patrimônio Social e Capital Social	-	-		
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-		
Reservas de Capital	21.525,30	21.525,30	0,00%	0,00%
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-		
Reservas de Lucros	-	-		
Demais Reservas	7.159.066,24	-	-	1,32%
Resultados Acumulados	476.570.811,06	434.901.469,89	9,58%	88,18%
Resultado do Exercício	34.347.202,36	4.162.491,45	725,16%	6,36%
Resultados de Exercícios Anteriores	434.901.469,89	436.496.243,55	-0,37%	80,47%
Ajustes de Exercícios Anteriores	7.322.138,81	-5.759.265,11	-227,14%	1,35%
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	483.751.402,60	434.922.995,19	11,23%	89,51%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	540.441.486,84	482.525.303,05	12,00%	100,00%

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	A.H.	A.V.
PASSIVO FINANCEIRO	63.949.731,20	68.778.309,65	-7,02%	
PASSIVO PERMANENTE	28.342.040,45	23.612.548,00	20,03%	
SALDO PATRIMONIAL	448.149.715,19	390.134.445,40	14,87%	

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

PASSIVO				
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	A.H.	A.V.
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos				
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	49.341.966,70	37.501.486,04	31,57%	100,00%
Atos Potenciais Passivos	49.341.966,70	37.501.486,04	31,57%	100,00%
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-		
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	623.577,71	159.578,47	290,77%	1,26%
Obrigações Contratuais	48.718.388,99	37.341.907,57	30,47%	98,74%
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-		
TOTAL	49.341.966,70	37.501.486,04	31,57%	100,00%

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-29.169.565,71
Recursos Vinculados	-6.361.945,41
Educação	-3.587.766,12
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-24.124,03
Previdência Social (RPPS)	-
Dívida Pública	-2.121.729,18
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-628.326,08
TOTAL	-35.531.511,12

Ministério da Educação
contábil
Instituto Federal Catarinense
TRIM/2021

Relatório

4º



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMIÇÃO 28/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	901.093,00	901.093,00	751.967,17	-149.125,83
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Receita Patrimonial	171.089,00	171.089,00	54.742,51	-116.346,49
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	171.089,00	171.089,00	54.742,51	-116.346,49
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	430.880,00	430.880,00	506.057,07	75.177,07
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	260.982,00	260.982,00	91.355,87	-169.626,13
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	260.982,00	260.982,00	91.347,87	-169.634,13
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	8,00	8,00
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	38.142,00	38.142,00	99.811,72	61.669,72
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	11.426,00	11.426,00	86.684,49	75.258,49
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	26.716,00	26.716,00	13.127,23	-13.588,77
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	209.808.429,00	209.808.429,00	-	-209.808.429,00
Operações de Crédito	209.808.429,00	209.808.429,00	-	-209.808.429,00
Operações de Crédito Internas	209.808.429,00	209.808.429,00	-	-209.808.429,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	210.709.522,00	210.709.522,00	751.967,17	-209.957.554,83
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	210.709.522,00	210.709.522,00	751.967,17	-209.957.554,83

DEFICIT			412.547.249,37	412.547.249,37
TOTAL	210.709.522,00	210.709.522,00	413.299.216,54	202.589.694,54
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	2.691.636,00	-	-2.691.636,00
Superavit Financeiro	-	-	-	-
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados	-	2.691.636,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	407.460.931,00	401.035.117,00	395.747.652,53	382.664.350,48	354.714.070,34	5.287.464,47
Pessoal e Encargos Sociais	337.721.396,00	340.387.575,00	334.959.039,54	334.842.200,68	308.653.440,52	5.428.535,46
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	69.739.535,00	60.647.542,00	60.788.612,99	47.822.149,80	46.060.629,82	-141.070,99
DESPESAS DE CAPITAL	996.145,00	10.113.595,00	17.551.564,01	1.419.838,52	1.419.838,52	-7.437.969,01
Investimentos	996.145,00	10.113.595,00	17.551.564,01	1.419.838,52	1.419.838,52	-7.437.969,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	408.457.076,00	411.148.712,00	413.299.216,54	384.084.189,00	356.133.908,86	-2.150.504,54
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	408.457.076,00	411.148.712,00	413.299.216,54	384.084.189,00	356.133.908,86	-2.150.504,54
TOTAL	408.457.076,00	411.148.712,00	413.299.216,54	384.084.189,00	356.133.908,86	-2.150.504,54

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	2.481.010,42	26.422.214,04	20.555.346,84	20.514.100,55	4.780.965,74	3.608.158,17
Pessoal e Encargos Sociais	-	765.338,45	135.642,17	135.642,17	629.696,28	0,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.481.010,42	25.656.875,59	20.419.704,67	20.378.458,38	4.151.269,46	3.608.158,17
DESPESAS DE CAPITAL	2.741.522,49	13.266.202,73	12.151.569,97	11.957.224,81	1.002.950,90	3.047.549,51
Investimentos	2.741.522,49	13.266.202,73	12.151.569,97	11.957.224,81	1.002.950,90	3.047.549,51
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.222.532,91	39.688.416,77	32.706.916,81	32.471.325,36	5.783.916,64	6.655.707,68

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	49.882,59	23.753.383,85	23.691.653,25	33.632,75	77.980,44
Pessoal e Encargos Sociais	-	22.159.295,53	22.159.295,53	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	49.882,59	1.594.088,32	1.532.357,72	33.632,75	77.980,44
DESPESAS DE CAPITAL	-	36.164,14	19.675,52	-	16.488,62
Investimentos	-	36.164,14	19.675,52	-	16.488,62
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	49.882,59	23.789.547,99	23.711.328,77	33.632,75	94.469,06



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMIÇÃO 28/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS				
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	A.H.	A.V.
Receitas Orçamentárias	751.967,17	797.029,49	-5,65%	0,14%
Ordinárias	-	-		
Vinculadas	766.673,17	800.311,49	-4,20%	0,14%
Educação	12.996,00	39.768,20	-67,32%	0,00%
Previdência Social (RPPS)	-	-		
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	753.677,17	760.543,29	-0,90%	0,14%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-14.706,00	-3.282,00	348,08%	0,00%
Transferências Financeiras Recebidas	468.063.397,43	434.202.372,33	7,80%	84,83%
Resultantes da Execução Orçamentária	406.032.171,25	395.796.594,20	2,59%	73,59%
Repasso Recebido	380.280.721,31	367.324.212,73	3,53%	68,92%
Sub-repasso Recebido	25.751.449,94	28.472.381,47	-9,56%	4,67%
Independentes da Execução Orçamentária	62.031.226,18	38.405.778,13	61,52%	11,24%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	60.517.658,73	37.007.280,14	63,53%	10,97%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	1.513.567,45	1.398.497,99	8,23%	0,27%
Aporte ao RPPS	-	-		
Aporte ao RGPS	-	-		

Recebimentos Extraorçamentários	58.256.959,15	64.014.184,08	-8,99%	10,56%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	27.950.280,14	23.731.181,92	17,78%	5,07%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	29.215.027,54	39.688.416,77	-26,39%	5,29%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	751.174,54	311.222,73	141,36%	0,14%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	340.476,93	283.362,66	20,16%	0,06%
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	3.000,00	-	-	0,00%
Arrecadação de Outra Unidade	337.476,93	283.362,66	19,10%	0,06%
Saldo do Exercício Anterior	24.697.873,13	27.081.301,49	-8,80%	4,48%
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.697.873,13	27.081.301,49	-8,80%	4,48%
TOTAL	551.770.196,88	526.094.887,39	4,88%	100,00%

DISPÊNDIOS				
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	A.H.	A.V.
Despesas Orçamentárias	413.299.216,54	407.844.405,66	1,34%	74,90%
Ordinárias	386.821.010,26	348.633.894,66	10,95%	70,11%
Vinculadas	26.478.206,28	59.210.511,00	-55,28%	4,80%
Educação	3.784.591,55	1.240.707,83	205,03%	0,69%
Seguridade Social (Exceto Previdência)	12.097.642,78	2.389.622,00	406,26%	2,19%
Previdência Social (RPPS)	9.016.060,00	15.623.597,73	-42,29%	1,63%
Dívida Pública		37.838.579,87	-	-
Alienação de Bens e Direitos	19.450,00		-	0,00%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.560.461,95	2.118.003,57	-26,32%	0,28%
Transferências Financeiras Concedidas	53.122.228,27	46.996.487,24	13,03%	9,63%
Resultantes da Execução Orçamentária	26.057.829,56	28.601.141,47	-8,89%	4,72%
Repasse Concedido	306.379,62	128.760,00	137,95%	0,06%
Sub-repasse Concedido	25.751.449,94	28.472.381,47	-9,56%	4,67%
Independentes da Execução Orçamentária	27.064.398,71	18.395.345,77	47,13%	4,91%
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	26.701.640,72	18.068.619,93	47,78%	4,84%
Demais Transferências Concedidas	12.285,06	3.600,00	241,25%	0,00%
Movimento de Saldos Patrimoniais	350.472,93	323.125,84	8,46%	0,06%
Aporte ao RPPS	-	-		
Aporte ao RGPS	-	-		
Pagamentos Extraorçamentários	56.930.531,99	46.556.121,36	22,28%	10,32%
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	23.711.328,77	25.702.927,93	-7,75%	4,30%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	32.471.325,36	20.544.724,37	58,05%	5,88%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	747.857,13	308.382,73	142,51%	0,14%

Outros Pagamentos Extraorçamentários	20,73	86,33	-75,99%	0,00%
Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento		86,33	-	-
Demais Pagamentos	20,73		-	0,00%
Saldo para o Exercício Seguinte	28.418.220,08	24.697.873,13	15,06%	5,15%
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.418.220,08	24.697.873,13	15,06%	5,15%
TOTAL	551.770.196,88	526.094.887,39	4,88%	100,00%



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMIÇÃO 28/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS				
	2021	2020	A.H.	A.V.
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	977.948.510,04	614.737.214,50	59,08%	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-		
Impostos	-	-		

Ministério da Educação
contábil
Instituto Federal Catarinense
TRIM/2021

Relatório

4º

Taxas	-	-		
Contribuições de Melhoria	-	-		
Contribuições	-	-		
Contribuições Sociais	-	-		
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-		
Contribuição de Iluminação Pública	-	-		
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-		
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	649.813,88	717.750,42	-9,47%	0,07%
Venda de Mercadorias	503.828,87	432.126,96	16,59%	0,05%
Vendas de Produtos	-	-		
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	145.985,01	285.623,46	-48,89%	0,01%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	113,37	20.154,09	-99,44%	0,00%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-		
Juros e Encargos de Mora	113,37	151,69	-25,26%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	-	-		
Descontos Financeiros Obtidos	-	-		
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	20.002,40	-	-
Aportes do Banco Central	-	-		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-		
Transferências e Delegações Recebidas	470.002.735,54	436.128.516,57	7,77%	48,06%
Transferências Intragovernamentais	468.063.397,43	434.202.372,33	7,80%	47,86%
Transferências Intergovernamentais	-	-		
Transferências das Instituições Privadas	-	-		
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-		
Transferências de Consórcios Públicos	-	-		
Transferências do Exterior	-	-		
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-		
Transferências de Pessoas Físicas	-	1,00	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1.939.338,11	1.926.143,24	0,69%	0,20%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	506.858.558,60	177.527.350,24	185,51%	51,83%
Reavaliação de Ativos	35.584.959,92	5.097.607,99	598,07%	3,64%
Ganhos com Alienação	-	-		
Ganhos com Incorporação de Ativos	465.124.932,70	161.610.898,96	187,81%	47,56%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	6.148.665,98	10.818.843,29	-43,17%	0,63%
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-		
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	437.288,65	343.443,18	27,32%	0,04%
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-		
Resultado Positivo de Participações	-	-		
Operações da Autoridade Monetária	-	-		
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-		
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	437.288,65	343.443,18	27,32%	0,04%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	943.601.307,68	610.574.723,05	54,54%	100,00%
Pessoal e Encargos	324.879.072,49	312.857.381,86	3,84%	34,43%
Remuneração a Pessoal	259.296.246,47	249.745.168,52	3,82%	27,48%
Encargos Patronais	52.700.026,21	50.261.740,62	4,85%	5,58%
Benefícios a Pessoal	12.337.246,53	12.414.386,67	-0,62%	1,31%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	545.553,28	436.086,05	25,10%	0,06%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	29.668.966,67	27.645.267,71	7,32%	3,14%
Aposentadorias e Reformas	23.906.670,78	21.661.974,36	10,36%	2,53%
Pensões	2.264.417,69	2.466.876,11	-8,21%	0,24%
Benefícios de Prestação Continuada	-	-		
Benefícios Eventuais	-	-		
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-		
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	3.497.878,20	3.516.417,24	-0,53%	0,37%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	55.949.586,32	43.722.062,11	27,97%	5,93%
Uso de Material de Consumo	12.218.784,36	9.003.081,75	35,72%	1,29%
Serviços	31.389.006,89	26.887.163,14	16,74%	3,33%
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.341.795,07	7.831.817,22	57,59%	1,31%

Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	2.913,67	4.750,80	-38,67%	0,00%
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-		
Juros e Encargos de Mora	2.845,99	1.840,95	54,59%	0,00%
Variações Monetárias e Cambiais	67,68	0,84	7957,14%	0,00%
Descontos Financeiros Concedidos	-	2.909,01	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-		
Transferências e Delegações Concedidas	55.002.399,96	48.478.546,00	13,46%	5,83%
Transferências Intragovernamentais	53.122.228,27	46.996.487,24	13,03%	5,63%
Transferências Intergovernamentais	-	68.598,00	-	-
Transferências a Instituições Privadas	56.566,00	-	-	0,01%
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-		
Transferências a Consórcios Públicos	-	-		
Transferências ao Exterior	-	-		
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-		
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1.823.605,69	1.413.460,76	29,02%	0,19%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	469.123.669,91	168.025.513,37	179,20%	49,72%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	383.826.403,72	50.649.225,75	657,81%	40,68%
Perdas com Alienação	-	-		
Perdas Involuntárias	33.878,72	90.559,09	-62,59%	0,00%
Incorporação de Passivos	6.479.936,49	3.038.497,79	113,26%	0,69%
Desincorporação de Ativos	78.783.450,98	114.247.230,74	-31,04%	8,35%
Tributárias	110.796,17	127.286,88	-12,96%	0,01%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	42.446,11	66.841,28	-36,50%	0,00%
Contribuições	68.350,06	60.445,60	13,08%	0,01%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-		
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-		
Custos dos Produtos Vendidos	-	-		
Custo dos Serviços Prestados	-	-		
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	8.863.902,49	9.713.914,32	-8,75%	0,94%
Premiações	-	-		
Resultado Negativo de Participações	-	-		
Operações da Autoridade Monetária	-	-		
Incentivos	8.840.816,60	9.444.214,10	-6,39%	0,94%
Subvenções Econômicas	-	-		
Participações e Contribuições	-	-		
Constituição de Provisões	-	-		
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	23.085,89	269.700,22	-91,44%	0,00%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	34.347.202,36	4.162.491,45	725,16%	-

#DIV/0!

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO 26422 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.CATARINENSE - AUTARQUIA
ORGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
EXERCÍCIO 2021
PERÍODO QUARTO TRIMESTRE (Aberto)
EMIÇÃO 28/01/2022
VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2021	2020	A.H.	A.V.
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	17.117.085,80	5.883.854,23	190,92%	100,00%
INGRESSOS	469.904.016,07	435.593.987,21	7,88%	100,00%
Receita Tributária	-	-		
Receita de Contribuições	-	-		
Receita Patrimonial	54.742,51	100.360,40	-45,45%	0,01%
Receita Agropecuária	506.057,07	437.631,95	15,64%	0,11%
Receita Industrial	-	-		
Receita de Serviços	91.355,87	182.505,74	-49,94%	0,02%
Remuneração das Disponibilidades	-	-		
Outras Receitas Derivadas e Originárias	99.811,72	76.530,40	30,42%	0,02%
Transferências Recebidas	-	1,00		
Intergovernamentais	-	-		
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-		
Dos Municípios	-	-		
Intragovernamentais	-	-		
Outras Transferências Recebidas	-	1,00		
Outros Ingressos Operacionais	469.152.048,90	434.796.957,72	7,90%	99,84%
Ingressos Extraorçamentários	751.174,54	311.222,73	141,36%	0,16%
Transferências Financeiras Recebidas	468.063.397,43	434.202.372,33	7,80%	99,61%
Arrecadação de Outra Unidade	337.476,93	283.362,66	19,10%	0,07%
DESEMBOLSOS	-452.786.930,27	-429.710.132,98	5,37%	100,00%
Pessoal e Demais Despesas	-347.828.992,58	-333.665.799,05	4,24%	76,82%
Legislativo	-	-		
Judiciário	-	-		
Essencial à Justiça	-	-		
Administração	-5.600,42	-	-	0,00%
Defesa Nacional	-	-		
Segurança Pública	-	-		
Relações Exteriores	-	-		
Assistência Social	-	-		
Previdência Social	-25.410.680,06	-23.413.318,31	8,53%	5,61%
Saúde	-	-		
Trabalho	-	-		
Educação	-321.849.762,30	-310.252.394,41	3,74%	71,08%
Cultura	-	-		
Direitos da Cidadania	-	-		
Urbanismo	-	-		
Habituação	-	-		
Saneamento	-	-		
Gestão Ambiental	-	-		

Ciência e Tecnologia	-	-		
Agricultura	-	-		
Organização Agrária	-172.380,04	-	-	0,04%
Indústria	-	-		
Comércio e Serviços	-	-		
Comunicações	-	-		
Energia	-	-		
Transporte	-	-		
Desporto e Lazer	-393.569,76	-	-	0,09%
Encargos Especiais	-	-		
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	3.000,00	-86,33	-3575,04%	0,00%
Juros e Encargos da Dívida	-	-		
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-		
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-		
Outros Encargos da Dívida	-	-		
Transferências Concedidas	-51.087.831,56	-48.739.463,96	4,82%	11,28%
Intergovernamentais	-	-		
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-		
A Municípios	-	-		
Intragovernamentais	-51.031.265,56	-48.670.865,96	4,85%	11,27%
Outras Transferências Concedidas	-56.566,00	-68.598,00	-17,54%	0,01%
Outros Desembolsos Operacionais	-53.870.106,13	-47.304.869,97	13,88%	11,90%
Dispêndios Extraorçamentários	-747.857,13	-308.382,73	142,51%	0,17%
Transferências Financeiras Concedidas	-53.122.228,27	-46.996.487,24	13,03%	11,73%
Demais Pagamentos	-20,73	-	-	0,00%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-13.396.738,85	-8.267.282,59	62,05%	-
INGRESSOS	-	-		
Alienação de Bens	-	-		
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-		
Outros Ingressos de Investimentos	-	-		
DESEMBOLSOS	-13.396.738,85	-8.267.282,59	62,05%	100,00%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-12.832.055,25	-8.214.049,10	56,22%	95,78%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-		
Outros Desembolsos de Investimentos	-564.683,60	-53.233,49	960,77%	4,22%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-		
INGRESSOS	-	-		
Operações de Crédito	-	-		
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-		
Transferências de Capital Recebidas	-	-		
Outros Ingressos de Financiamento	-	-		
DESEMBOLSOS	-	-		
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-		
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.720.346,95	-2.383.428,36	-256,09%	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	24.697.873,13	27.081.301,49	-8,80%	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	28.418.220,08	24.697.873,13	15,06%	

Notas Explicativas

1. Estrutura organizacional do Instituto Federal Catarinense

O Instituto Federal Catarinense (IFC) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação criada através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. As demonstrações contábeis consolidadas do IFC são compostas por uma Reitoria, 13 (treze) unidades executoras vinculadas e 2 (dois) campus avançados, conforme demonstrado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Unidades do IFC.

Unidade Gestora		Unidade	CNPJ
1	158125	REITORIA	10.635.424/0001-86
2	152253	CAMPUS IBIRAMA	10.635.424/0009-33
3	152254	CAMPUS BLUMENAU	10.635.424/0010-77
4	152290	CAMPUS SÃO FRANCISCO DO SUL	10.635.424/0012-39
5	152662	CAMPUS FRAIBURGO	10.635.424/0011-58
6	152663	CAMPUS LUZERNA	10.635.424/0008-52
7	154706	CAMPUS BRUSQUE	10.635.424/0013-10
8	158379	CAMPUS VIDEIRA	10.635.424/0007-71
9	158458	CAMPUS RIO DO SUL	10.635.424/0002-67
10	158459	CAMPUS ARAQUARI	10.635.424/0003-48
11	158460	CAMPUS CAMBORIÚ	10.635.424/0004-29
12	158461	CAMPUS CONCÓRDIA	10.635.424/0005-00
13	158462	CAMPUS SANTA ROSA DO SUL	10.635.424/0006-90
14	158631	CAMPUS SÃO BENTO DO SUL	10.635.424/0014-09
15	-	CAMPUS AVANÇADO ABELARDO LUZ	-

16	-	CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO	-
----	---	-------------------------	---

Fonte: SIAFI, 2021.

As unidades gestoras executoras são responsáveis por administrar dotações orçamentárias e recursos financeiros próprios ou descentralizados. As 13 unidades gestoras executoras do IFC possuem características multicampi, uma vez que o IFC foi concebido pela junção de autarquias já existentes, campus que eram vinculados a outros órgãos e de novos campi abertos após a criação do IFC. Além destas, existem dois campus avançados, o campus avançado de Abelardo Luz, atualmente vinculado ao campus Concórdia e o campus avançado de Sombrio, vinculado ao campus Santa Rosa do Sul.

Com atuação em todas as regiões do estado de Santa Catarina, os campi do IFC estão distribuídos conforme figura 1 abaixo, considerando ainda que o campus Rio do Sul possui 3 unidades, constituindo-se da sede, a unidade urbana e a unidade tecnológica. A Reitoria, órgão executivo do IFC, incumbido da administração, da coordenação, do planejamento e da supervisão de todas as atividades da autarquia, observada as diretrizes traçadas pelo planejamento estratégico e está situada na cidade de Blumenau.

Demais dados sobre a infraestrutura do IFC, seus objetivos e missão, podem ser consultados no site oficial da instituição, através do endereço: www.ifc.edu.br.

Figura 1 – Mapa das unidades do IFC.



2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do IFC são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP (*Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011*) (*NBC T 16.6 RI e 16.7 a 16.11*); as NBC TSP (*Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 10*); as instruções descritas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (*Portaria STN nº 700/2014*), bem como o Manual SIAFI, que contém orientações e procedimentos específicos por assunto. As NBC TSP citadas acima guardam correlação com as *International Public Sector Accounting Standards – IPSAS*, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência às normas internacionais. As demonstrações contábeis são consolidadas no órgão superior, o MEC, tanto da administração direta (secretarias finalísticas e institutos de educação especial) quanto da indireta (universidades, institutos de educação profissional e tecnológica, de pesquisas e avaliação e empresas públicas). As demonstrações contábeis consolidam todas as informações das unidades executoras vinculadas ao IFC e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI), que o utilizam para a execução orçamentária, financeira e patrimonial.

O objetivo principal das demonstrações contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a situação econômico-financeira da entidade, a qual sejam: a sua situação patrimonial, o seu desempenho e os seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

1. Balanço Patrimonial (BP) – evidencia os ativos e passivos do IFC;
2. Balanço Orçamentário (BO) – evidencia a receita prevista e a arrecadada e também as despesas autorizadas versus a executada do IFC;
3. Balanço Financeiro (BF) – evidencia o fluxo financeiro do IFC;
4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) – evidencia o resultado patrimonial do IFC;
5. Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) – evidencia as entradas e saídas de caixa do IFC.

3. Resumo das principais práticas e critérios contábeis

Ente público: os gastos do governo são custeados com recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS que é considerado como “ente” público para fins de elaboração do orçamento, execução e consolidação das contas públicas, a qual ocorre no momento da escrituração contábil por meio dos critérios de compensação e de exclusão de itens (contas) nas

transações realizadas entre os órgãos que compõem o OFSS.

Créditos orçamentários e recursos financeiros: Os créditos orçamentários advêm da aprovação legislativa que levam em consideração as receitas previstas e as despesas fixadas, já os recursos financeiros decorrem da arrecadação das receitas (tributos, dívida pública, entre outros) pelos entes públicos. Pode-se definir execução orçamentária como sendo a utilização dos créditos consignados no orçamento ou Lei Orçamentária Anual (LOA). Já a execução financeira, por sua vez, representa a utilização de recursos financeiros, visando atender a realização dos projetos e/ou atividades atribuídas às unidades orçamentárias pelo orçamento. A execução orçamentária está atrelada à execução financeira e vice-versa, pois havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa e por outro lado, pode haver recurso financeiro que não poderá ser gasto, caso não haja disponibilidade orçamentária.

Caixa e equivalente de caixa: Incluem dinheiro em caixa na conta única do Tesouro Nacional e demais depósitos bancários de garantias contratuais. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo. O IFC não possuiu aplicações que gerem rendimentos. A moeda funcional utilizada é o Real.

Créditos a curto prazo: Compreende os direitos a receber decorrentes de créditos não tributáveis, transferências concedidas, adiantamentos e valores a compensar. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor original. No âmbito do IFC, esse grupo compreende, entre outros, aos adiantamentos da folha de pagamento (13º, férias e terço constitucional de férias), de suprimento de fundos e adiantamentos de Termos de Execução Descentralizada. Até o momento, o IFC ainda não realiza os cálculos dos riscos para o lançamento dos ajustes para perdas.

Estoques: Compreende as mercadorias adquirido para consumo interno. Os valores de entrada são mensurados pelo custo de aquisição e o de saída pelo custo médio ponderado. Ainda não são realizados os cálculos dos riscos para o lançamento dos ajustes para perdas.

Pagamentos antecipados: Compreende o pagamento de despesas com incidência anual, mas que são pagas de forma unificada em determinado período do exercício, em que a apropriação da despesa ocorre mensalmente. No âmbito do IFC, esse grupo compreende, entre outros, aos seguros veiculares, assinatura e anuidades e tributos.

Imobilizado: Compreende os bens móveis e imóveis. Os valores são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição, produção ou construção e ficam sujeitos à depreciação, redução a valor recuperável e à reavaliação. No âmbito do IFC, a normatização dos processos relativos à depreciação, reavaliação e a redução ao valor recuperável está disposta na portaria normativa nº 06/2020.

Intangível: Compreende os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos

destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. Os valores são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*). No âmbito do IFC, esse grupo compreende os softwares. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Depreciação e amortização: A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes. A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet. O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos órgãos federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI. O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso. O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$$Kd = (n^2 - x^2) / n^2, \text{ onde:}$$

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.

Passivos circulantes e não circulantes: Compreende as obrigações evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis. Os passivos são divididos em obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais e demais obrigações.

Provisões: São obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem à entidade saída de recursos, capazes de gerar benefícios econômicos ou potenciais serviços, que possuam prazo ou valor incerto. As provisões estão segregadas em seis categorias: riscos trabalhistas, riscos fiscais, riscos cíveis, repartição de créditos tributários, provisões matemáticas e outras. No momento o IFC não realiza os procedimentos para lançamento de provisões.

Ajustes de exercícios anteriores: São considerados os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, devendo ser reconhecidos à conta do patrimônio líquido. Esses ajustes compõem a linha de resultados acumulados do BP (também composta pelo Resultado do Exercício e pelos Resultados de Exercícios anteriores), que recebem registros tanto aumentativos quanto diminutivos que afetam diretamente o Patrimônio Líquido do órgão, isto é, sem transitar pelas contas de resultado, por se referir a exercícios encerrados.

Restos a pagar: Correspondem as despesas empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro correspondente, ou seja, são “resíduos passivos” (por não ter havido a entrega, em tempo hábil, dos produtos adquiridos ou da prestação integral dos serviços), e serão financiadas à conta de recursos arrecadados durante o exercício financeiro em que ocorreu a emissão do empenho. Portanto, restos a pagar, referem-se a dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àquele em que deveria ocorrer o pagamento.

Apuração do resultado: No modelo PCASP, é possível gerar a apuração dos resultados patrimonial, orçamentário e financeiro conforme discriminado abaixo:

Resultado patrimonial: A apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais. A DVP evidencia as alterações (mutações) ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial. As VPA's são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para o IFC e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências recebidas que seguem a lógica do regime de caixa. As VPD's são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para o IFC, implicando em saída de recursos ou em redução de ativos ou na assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às transferências concedidas, que

seguem a lógica do regime de caixa. A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após esse processo, o resultado obtido é transferido para conta de superávit/déficit do exercício, evidenciada no Patrimônio Líquido do órgão. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na DVP. Com função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado, o resultado patrimonial apurado não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais do órgão.

Resultado orçamentário: O regime orçamentário da União segue o disposto no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas, não se computando, portanto, as despesas liquidadas e as despesas pagas, em atendimento ao art. 35 supracitado. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário; enquanto que o superávit é apresentado junto às despesas. As colunas de "Previsão Inicial" e "Previsão Atualizada" da Receita conterão os valores correspondentes às receitas próprias ou as decorrentes de recursos vinculados a despesas específicas, fundo ou órgão, consignados na LOA. Cabe ressaltar que o total da "Despesa Empenhada" superior ao total da "Dotação Inicial" ou "Dotação Atualizada" pode acontecer em qualquer órgão e não representa um erro. Significa que, além do seu próprio orçamento, o órgão executou (empenhou) despesas com o orçamento de outros órgãos, por meio do recebimento de créditos orçamentários.

Resultado financeiro: O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do órgão. Pelo Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Esse resultado não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial. Pela observância do princípio de caixa único, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, que apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC permite a análise da capacidade da entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. Sua análise permite a comparação dos fluxos de caixa, gerados ou consumidos, com o resultado do período e com o total do passivo, permitindo identificar, por exemplo, a parcela dos recursos utilizada para pagamento da dívida e investimentos, e a parcela da geração líquida de caixa atribuída às atividades operacionais.

4. Notas Explicativas do Balanço Patrimonial (BP)

O BP é a demonstração contábil que evidencia, de forma qualitativa e quantitativa, a situação patrimonial da entidade pública. Serão expostos neste item as informações relevantes ocorridas no quarto trimestre de 2021 em comparação ao encerramento do exercício de 2020.

4.1. Caixa e equivalente de caixa

Trata-se do valor disponível a que o IFC tem direito de sacar da Conta Única do Tesouro Nacional mantida no Banco Central do Brasil – BACEN. Inclui-se também os valores depositados a título de garantia contratual. Identificou-se que houve um aumento de 20,30% em relação aos depósitos de garantia contratual e uma redução de 20,03% do limite de saque em comparação com o último trimestre de 2020 conforme demonstrado na tabela 2:

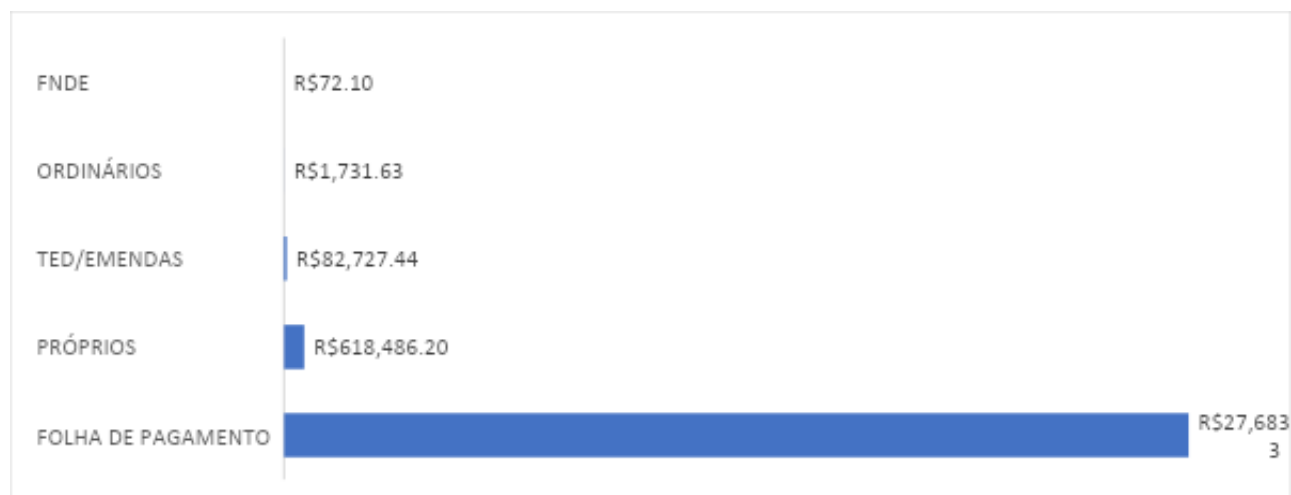
Tabela 2 – Caixa e equivalente de caixa – composição.

Caixa e equivalente de caixa	31/12/2021	31/12/2020	A. H.
Demais contas – Caixa Econômica Federal	31.246,78	22.889,37	36,51%
Caixa e equivalente	28.386.973,30	24.674.983,76	15,04%
TOTAL	28.418.220,08	24.697.873,13	15,06%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

A conta de caixa e equivalente de caixa são os limites de saque com vinculação de pagamento, que representam os valores disponíveis para uso ou que se encontram pendente da autorização do ordenador de despesa e gestor financeiro para serem executados (geração da Ordem Bancária - OB). Estes valores são divididos por fontes de recurso e destinação de uso. No gráfico 1 são demonstradas as proporções por destinação dos recursos, onde se observa que o financeiro destinado à folha de pagamento, representa 97,52% do total, seguido pelos recursos próprios, com 2,18%. Os recursos destinados ao pagamento da folha, sempre são recebidos no último dia útil do mês e suas ordens bancárias são geradas apenas no dia seguinte, por este motivo sempre haverá saldo de financeiro nas contas de limite de saque para pagamento da folha no fechamento do mês. Os valores relativos a fontes próprias englobam arrecadações ocorridas no exercício e em exercícios anteriores, sendo estes últimos considerados excessos de arrecadação, pois estes não possuem suporte orçamentário para serem executados, necessitando de recebimento de orçamento específico para poder ser utilizado. Englobam-se ainda as receitas provenientes de venda de imobilizado e receitas de convênios.

Gráfico 1 – Conta limite de saque.



Fonte: SIAFI, 2021.

4.2. Créditos a curto prazo

Foram incluídos neste item os créditos a curto prazo, que contemplam os valores a título de clientes e os demais créditos e valores a curto prazo a qual se encontram zerados ao final do exercício de 2021. Os saldos presentes na conta de demais créditos a curto prazo se referem principalmente aos adiantamentos da folha de pagamento, como 13º, férias e terço constitucional de férias, correspondendo ao percentual de 66,96%, seguido da execução dos termos de execução descentralizadas concedidos pelo IFC pendentes de prestação de contas, com 32,63% do total. Com o encerramento do exercício, grande parte dos valores registrados a título de adiantamentos concedidos a pessoal e de suprimento de fundos são baixados devido as rotinas de encerramento do exercício, motivo pelo qual são registradas as variações horizontais demonstradas na tabela 3:

Tabela 3 – Créditos a curto prazo – composição.

Créditos a curto prazo	31/12/2021	31/12/2020	A. H.
Créditos a curto prazo	0,00	2.228,20	-
Faturas/duplicatas a receber	0,00	2.228,20	-
Demais créditos e valores a curto prazo	908.375,45	757.421,21	19,93%
Adiantamentos concedidos a pessoal	608.264,50	345.800,39	75,90%
Adiantamentos de suprimento de fundos	3.731,33	19.530,82	-80,90%
Adiantamentos TED	296.379,62	386.280,00	-23,27%
TOTAL	908.375,45	759.649,41	19,93%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Referente os adiantamentos dos termos de execução descentralizada – TED, em 12/2021 houve a baixa do TED 696048 devido sua comprovação junto ao órgão executor da despesa objeto do TED, sendo que no mesmo período, houve a celebração de novo TED, o 1AAGQM, referente ao termo de cooperação técnica para implantação do sistema SIG da UFRN – vigência 2021 a 2023.

4.3. Estoques

Os valores apresentados na conta de estoques se referem a mercadorias que se destinam ao consumo interno das unidades, empregados na prestação de serviços de ensino e de suporte às atividades de ensino, bem como das atividades-meio. No quarto trimestre de 2021 houve um aumento de 26,35% em relação ao último trimestre de 2020 (R\$ 2.990.417,91). Tal aumento se justifica pois os campi estão se preparando para o novo ano letivo e o retorno gradativo das atividades presenciais, uma vez que grande parte dos estoques foram reduzidos por falta de consumo dos itens. Os materiais para manutenção de bens móveis representam a maior fatia dos bens em estoque, representando 27,41% do total, seguido dos materiais elétricos e eletrônicos, com 15,79% da representatividade conforme tabela 4:

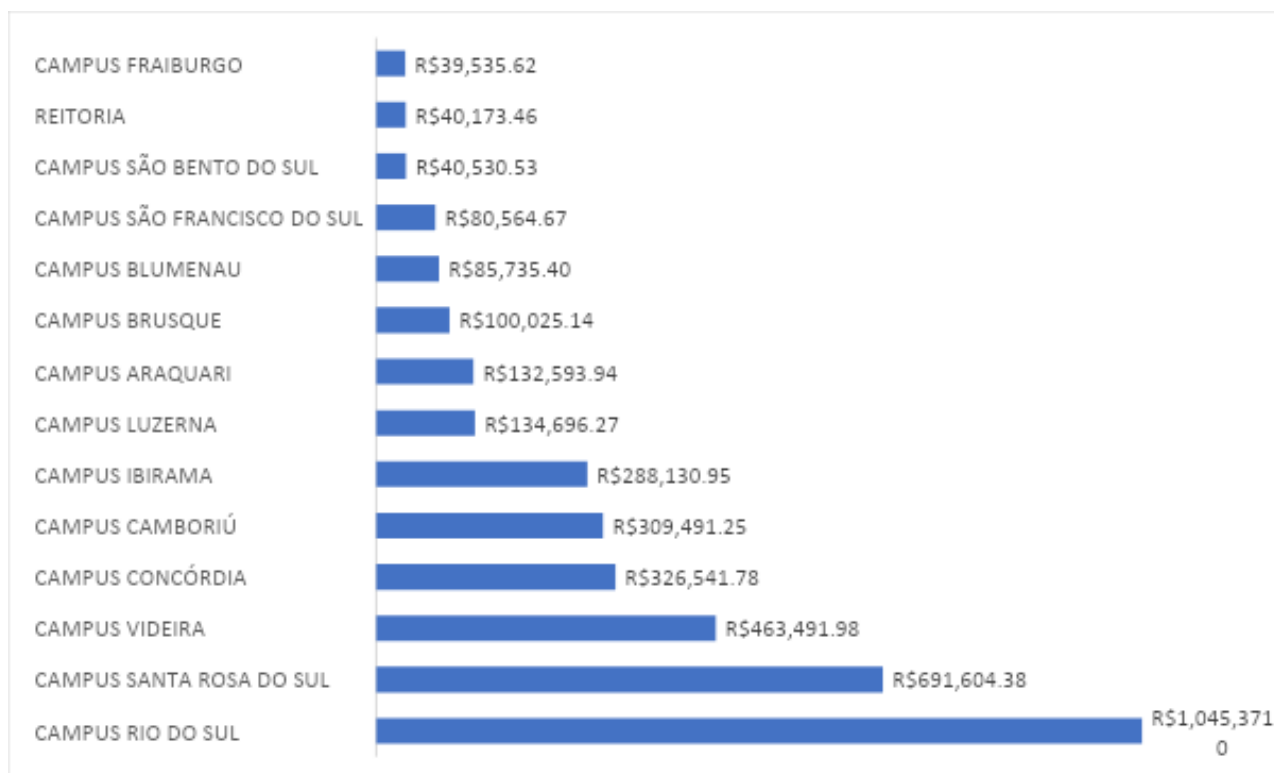
Tabela 4 – Estoques – Por Conta-Corrente.

	Conta-Corrente	31/12/2021	A. V.
24	MATERIAL P/ MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	1.035.841,87	27,41%
26	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	596.807,23	15,79%
16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	506.134,04	13,40%
22	MATERIAL DE LIMPEZA	358.669,22	9,49%
28	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	268.227,39	7,10%
	DEMAIS CONTAS CORRENTES	1.012.807,32	26,80
	TOTAL	3.778.487,07	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021.

A unidade do IFC que mais possuiu materiais em estoque é o campus Rio do Sul, que traz os valores estocados de suas três unidades. O volume de estoque deste campus representa 27,67% do total, seguido do campus Santa Rosa do Sul, que registra os valores de estoque do campus avançado Sombrio também, representando mais 18,30% conforme gráfico 2.

Gráfico 2 – Estoque por Unidade Gestora.



Fonte: SIAFI, 2021.

4.4. Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2021, o IFC apresentou um saldo de R\$ 506.665.150,37 relacionados ao imobilizado (descontada a depreciação e a redução ao valor recuperável), o que representa 93,75% do total do ativo, sendo que destes, 14,60%, se referem a bens móveis e 86,59% a bens imóveis, um aumento de 11,74% em relação à 31/12/2020.

As variações mais significativas se referem aos lançamentos de depreciação, que variaram de forma decrescente em 47,78% para os bens móveis. Tal variação ocorrida se deve aos lançamentos do processo de reavaliação iniciado em 2020, que reverte a depreciação acumulada dos bens reavaliados e registra novo valor patrimonial nas contas de ativo, o que justifica o aumento real de 29,88% dos bens móveis líquidos, já considerada a depreciação e redução ao valor recuperável. Essa variação pode ser verificada na tabela 5, bem como no item 4.4.3. desta nota explicativa, de forma mais detalhada.

Tabela 5 – Imobilizado – Composição.

	31/12/2021	31/12/2020	A. H. (%)
Bens Móveis	73.977.152,10	56.956.149,91	29,88%
(+) Valor Bruto Contábil	99.845.172,29	98.851.023,66	1,01%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão acumulada	(17.518.662,34)	(33.545.515,90)	-47,78%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	(8.349.357,85)	(8.349.357,85)	0,00%
Bens Imóveis	432.687.998,27	396.473.932,46	9,13%
(+) Valor Bruto Contábil	438.740.809,50	402.234.753,87	9,08%
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão acumulada	(6.052.811,23)	(5.760.821,41)	5,07%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens móveis	0,00	0,00	0,00%
Total	506.665.150,37	453.430.082,37	11,74%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

4.4.1 Bens Móveis

Em 31/12/2021, os bens móveis do IFC totalizavam R\$ 73.977.152,10 e são distribuídos nas contas contábeis detalhadas conforme tabela 6.

Tabela 6 – Bens Móveis – Composição

	31/12/2021	31/12/2020	A. H. (%)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	33.911.407,96	33.130.763,71	2,36%
Bens de Informática	19.377.552,88	19.369.841,14	0,04%
Móveis e Utensílios	21.457.881,53	22.339.928,74	-3,95%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	15.646.691,51	12.380.514,70	26,38%
Veículos	4.998.126,55	7.425.276,30	-32,69%
Bens Móveis em Andamento	1.689.027,46	987.912,58	70,97%
Semoventes e Equipamentos de Montaria	1.428.637,80	1.476.731,04	-3,26%
Demais Bens Móveis	1.335.846,60	1.740.055,45	-23,23%
Depreciação / Amortização Acumulada	(17.518.662,34)	(33.545.515,90)	-47,78%
Redução ao Valor Recuperável	(8.349.357,85)	(8.349.357,85)	0,00%
Total	73.977.152,10	56.956.149,91	29,88%

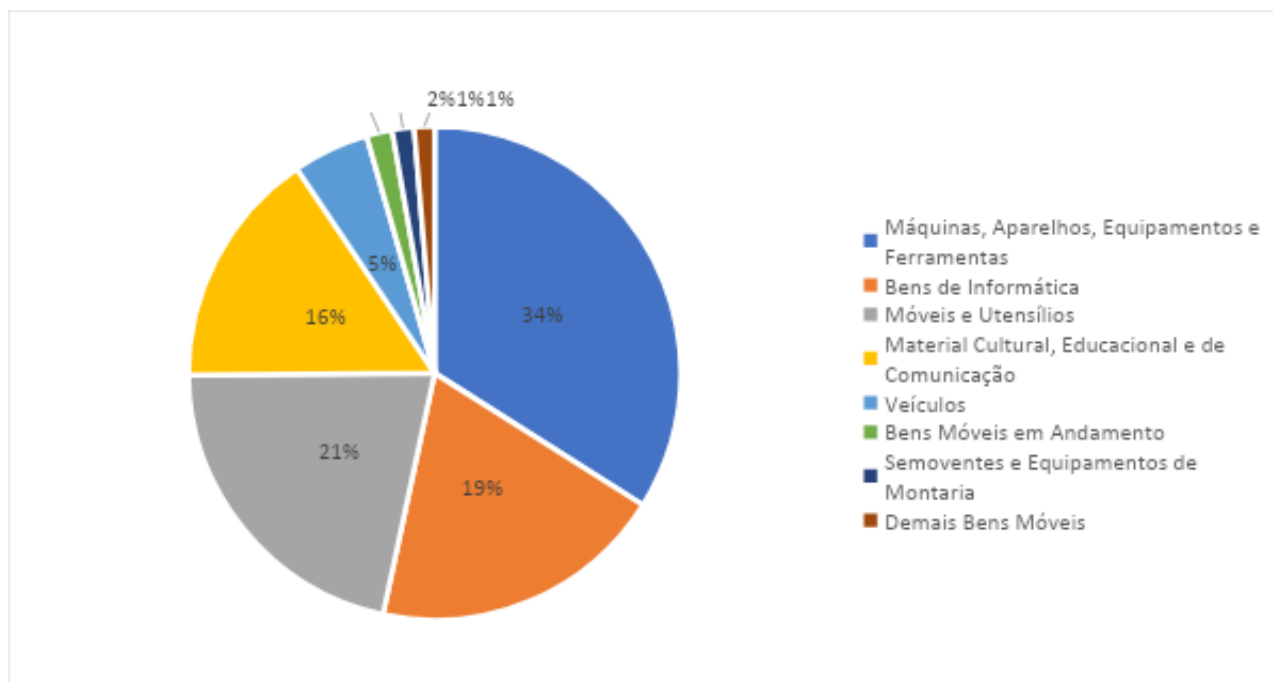
Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Dentre as variações mais sentidas no período analisado, destacamos o aumento de 70,97% da conta de bens móveis em andamento, que se referem à instalação de usinas de produção de energia fotovoltaica. Tais usinas estão sendo implantadas em 3 unidades do IFC: campus Camboriú, Concórdia e Rio do Sul. Após sua conclusão os valores serão remanejados para a respectiva conta contábil de bens patrimoniais. Outra variação sentida é na conta de veículos, que teve uma redução de 32,69%, haja vista que estes bens móveis são mais sensíveis a sofrerem uma perda patrimonial após o processo de reavaliação, devido seu desgaste natural pelo uso.

Sem considerar a depreciação acumulada, os bens móveis registrados no IFC com maior volume são as máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas, representando 33,96% dos

R\$ 99.845.172,29 em valores brutos dos bens móveis, a qual registraram também um aumento de 1,01% em comparação com o último trimestre do exercício anterior. Seguido deste, vêm os móveis e utensílios com 21,49%, conforme demonstrado no gráfico 3.

Gráfico 3 – Bens móveis por tipo de bem.



Fonte: SIAFI, 2021.

Considerando todas as contas contábeis dos bens móveis de forma detalhada, a conta que mais se destaca é a de equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, representando 19,41% do total, seguido da conta de mobiliário em geral, com 16,52% do total e coleção e materiais bibliográficos com 12,48%. Como as duas primeiras contas de bens compõem o imobilizado tanto das áreas administrativas, como das áreas do ensino, tais bens possuem um peso maior na totalidade dos bens patrimoniados. Já a conta de coleções e materiais bibliográficos possuiu uma grande representatividade pelo fato de o IFC ser uma instituição de ensino, possuindo bibliotecas em todas as suas unidades, conforme pode ser verificado na tabela 7.

Tabela 7 – Bens móveis por conta contábil.

Conta Contábil	31/12/2021	A. V.
123110201 Equipamentos de tec. da informação e comunicação/TIC	19.377.552,88	19,41%
123110303 Mobiliário em geral	16.493.890,64	16,52%
123110402 Coleção e materiais bibliográficos	12.460.692,79	12,48%
123110103 Equip. e uten. médicos, odont..., laboratoriais e hospitalares	8.013.136,37	8,03%
123110101 Aparelhos de medição e orientação	5.850.272,72	5,86%
Demais contas contábeis	37.649.626,89	37,71%
TOTAL	99.845.172,29	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021.

4.4.2 Bens Imóveis

Os Bens Imóveis do IFC representavam em 31/12/2021, um montante líquido total de R\$ 432.687.998,27, sendo que os bens de uso especial, ou seja, aqueles registrados no sistema SPIUnet, correspondem a 96,90% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do órgão neste período. Os demais bens se referem aos imóveis em andamento e instalações que são despesas que aguardam a conclusão da obra para serem incorporados à conta de imóveis do órgão conforme demonstrado na tabela 8.

Tabela 8 – Bens Imóveis – Composição

	31/12/2021	31/12/2020	A. H. (%)
Bens de Uso Especial	425.121.559,98	390.100.857,95	8,98%
Bens Imóveis em Andamento	12.618.897,80	11.011.985,80	14,59%
Instalações	1.000.351,72	1.121.910,12	-10,83%
Depreciação e/ou amortização acumulada	(6.052.811,23)	(5.760.821,41)	5,07%
Total	432.687.998,27	396.473.932,46	9,13%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Os bens de uso especial tiveram variações diversificadas devido aos processos de reavaliação e reclassificação dos bens imóveis, registrando resultados positivos e negativos em comparação com o encerramento do exercício de 2020. As variações mais significativas foram as de outros bens imóveis, com 286,66% de aumento e os edifícios, com 149,10 conforme tabela 9.

Tabela 9 – Bens de Uso Especial – Composição

	31/12/2021	31/12/2020	A. H. (%)
Fazendas, Parques e Reservas	3.825.137,53	3.825.137,53	0,00%
Terrenos, Glebas	5.568.333,52	3.424.333,52	62,61%
Aquartelamentos	4.202.784,05	0,00	-
Imóveis de Uso Educacional	308.008.253,47	346.241.277,57	-11,04%
Edifícios	10.850.570,00	4.355.929,06	149,10%
Complexos, fábricas e usinas	4.733.464,85	2.716.407,37	74,25%
Imóveis Residenciais e Comerciais	9.626.372,58	9.285.555,56	3,67%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	78.306.643,98	20.252.217,34	286,66%
Total	425.121.559,98	390.100.857,95	8,98%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Em relação aos bens imóveis em andamento e as instalações, também se observa uma variação positiva e negativa respectivamente, pois ao mesmo tempo em que novas obras são iniciadas no órgão, outras são incorporadas ao SPIUnet e registradas em suas contas contábeis adequadas, isso devido a constante expansão física das unidades do IFC, notando-se um

crescimento na conta de bens imóveis em andamento de 14,59%. O detalhamento destes imóveis está listado na tabela 10.

Tabela 10 – Bens imóveis em andamento e instalações – Por obras.

Campus	Obra	Executado	Finalizada
Blumenau	Construção banheiro e lixeira	108.172,99	Não
	Pavimentação	241.017,07	Não
	Cercamento	73.941,15	Sim
	Adequação projeto preventivo de incêndio	96.609,04	Não
	Readequação rede elétrica e lógica	323.005,21	Não
Luzerna	Cercamento	119.687,75	Não
	Pavimentação	654.437,94	Não
Brusque	Projeto de energia solar	7.200,00	Não
Reitoria	Construção blocos de salas de aula (Abelardo Luz)	522.356,06	Sim
	Construção poço artesiano (Abelardo Luz)	269.616,85	Sim
	Construção poço artesiano (Videira)	255.456,07	Não
	Construção entrada de energia (Abelardo Luz)	282.024,44	Não
	Construção alojamento, residência funcional, sala professores e etapa de urbanização (Abelardo Luz)	251.150,98	Não
Videira	Toldos	77.850,89	Não
Rio do Sul	Reforma banheiros	47.687,15	Não
Araquari	Calçamento	975.833,04	Sim
	Construção laboratório de Piscicultura	836.786,60	Sim
	Instalação de elevador	79.200,00	Sim
	Rede lógica	250.536,58	Sim
	Cabeamento estruturado	214.048,34	Sim
	Adequação de espaço	125.000,00	Sim
Camboriú	Reforma de bloco	543.343,90	Sim
	Reforma de bloco	749.520,47	Sim
	Reforma de bloco	318.333,45	Sim
	Reforma de bloco	237.393,68	Sim
	Reforma de bloco	397.651,44	Sim
	Reforma de aviário	86.331,27	Sim
	Construção quadra poliesportiva	577.594,34	Não
	A identificar	1.046.917,88	Sim
Santa Rosa do Sul	A identificar	3.096.686,14	Sim
São Bento do Sul	Instalação de plataforma elevatória	65.000,00	Sim
	Instalação de toldo	24.292,00	Sim

Cabeamento estruturado	331.566,80	Sim
Contêiner	333.000,00	Sim
TOTAL	13.619.249,52	

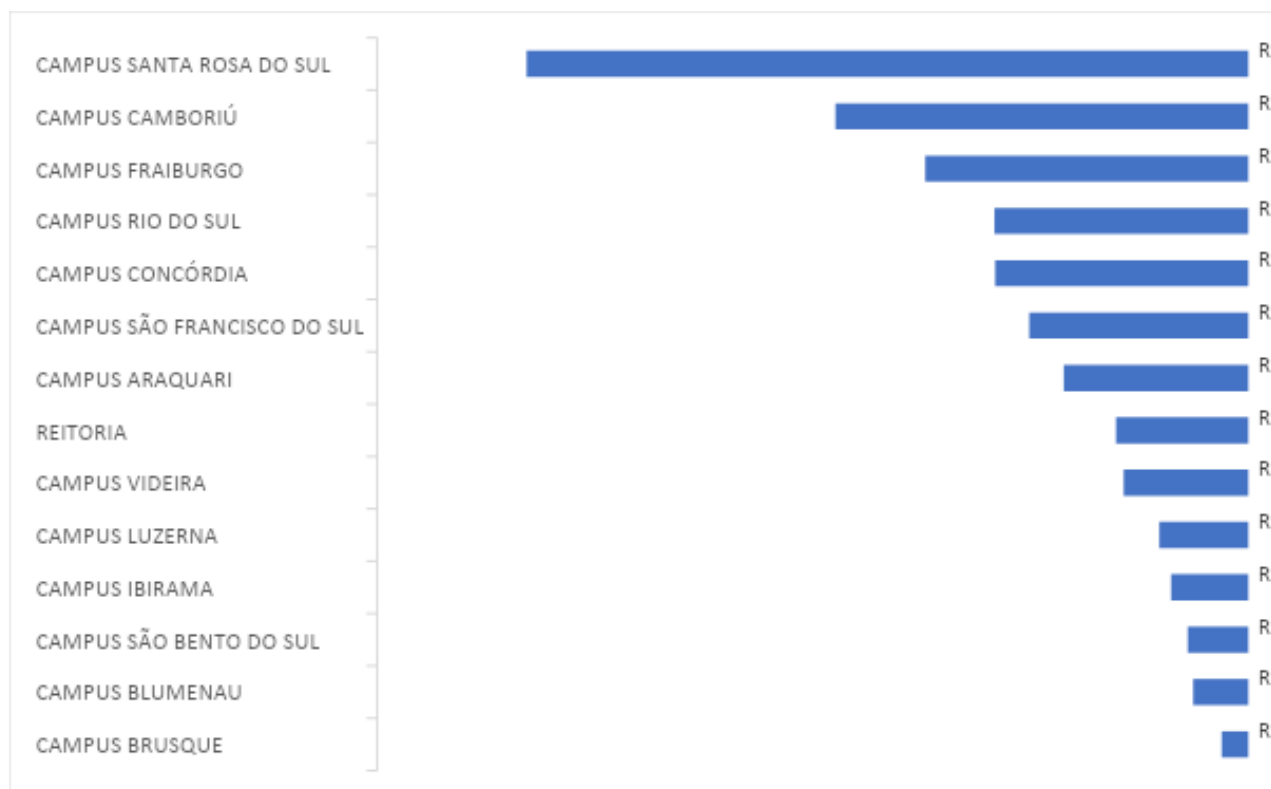
Fonte: SIAFI, 2021.

Conforme indicado na tabela acima, muitas obras encontram-se finalizadas, mas que por algum empecilho ainda não foram realocados para a respectiva conta de imóveis e seus valores registrados no SPIUnet.

4.4.3 Depreciação acumulada

A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema gerencial interno do IFC denominado SIPAC e é feito pelo método de depreciação linear. Após o sistema sofrer uma atualização para correção dos cálculos da depreciação, bem como da ocorrência dos registros do processo de reavaliação, todas as unidades passaram a fazer o registro da depreciação. Já a depreciação dos bens imóveis é realizada com base nas informações advindas do sistema SPIUnet e é registrada diretamente pela STN. A seguir são identificados os registros das depreciações acumuladas das unidades gestoras do IFC, que demonstram que o campus Santa Rosa do Sul possuiu o maior volume de depreciação registrada no período, correspondendo a 24,61%, seguido do campus Camboriú com 14,07%, conforme apresentado no gráfico 4.

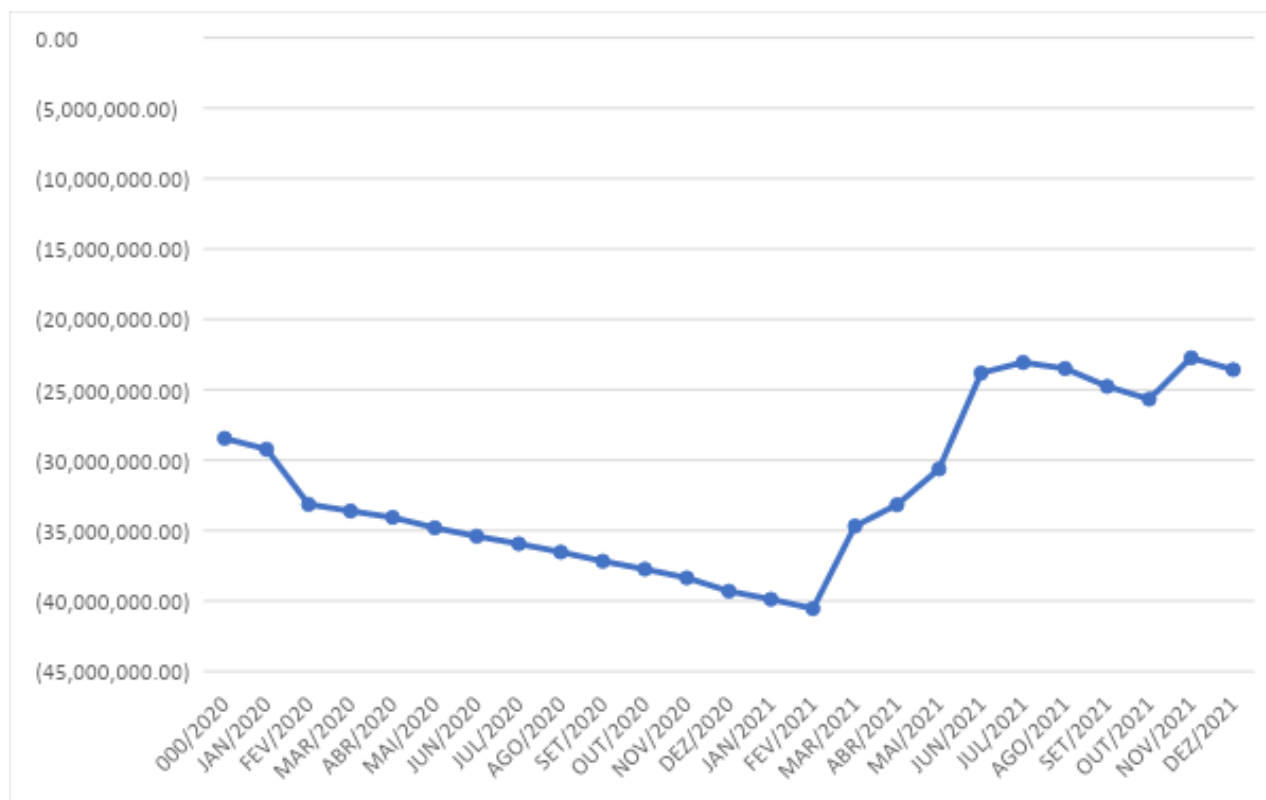
Gráfico 4 – Depreciação por unidade gestora.



Fonte: SIAFI, 2020.

Com o registro da reavaliação, em que o saldo da depreciação acumulada é eliminado para dar lugar ao novo valor patrimonial, sendo iniciada uma nova contagem da depreciação, observamos no gráfico 5 uma evolução linear da depreciação ao longo de 2020 até fevereiro de 2021, sendo que a partir de março de 2021, com o início dos lançamentos de reavaliação, observa-se uma queda brusca deste saldo além de manter uma irregularidade na evolução da depreciação, haja vista que os lançamentos da reavaliação não ocorreram na mesma competência em todas as unidades do IFC:

Gráfico 5 – Evolução da depreciação.



Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

4.5 Intangível

Em 31/12/2021, o IFC apresentou um saldo de R\$ 593.039,79 relacionados aos bens intangíveis. Todos os bens registrados nesta categoria se referem a softwares, sendo que 64,56% são softwares com vida útil indefinida e 35,44% softwares com vida útil definida, conforme composição apresentada na tabela 11.

Tabela 11 – Intangível – Composição.

	31/12/2021	31/12/2020	A. H. (%)
Software com Vida Útil Definida	339.973,14	304.223,14	11,75%
Software com Vida Útil Indefinida	619.304,14	616.314,14	0,49%
Amortização Acumulada	(366.237,49)	(356.445,64)	2,75%
Redução ao Valor Recuperável de Intangível	0,00	0,00	0,00%
Total	593.039,79	564.091,64	5,13%

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

Com a obrigatoriedade do registro e mensuração destes bens a partir de 01/01/2019, o IFC tem buscado realizar o levantamento de todos os bens intangíveis em seu poder e o seu registro. A Reitoria é a unidade com o maior volume de intangíveis registrados, somando o valor de R\$ 445.252,25 e uma amortização acumulada de R\$ 231.778,01. Além desta, outras 9 unidades possuem registro de intangíveis: Campus Ibirama, Blumenau, Luzerna, Videira, Rio do Sul,

Araquari, Concórdia, Santa Rosa do Sul e São Bento do Sul.

4.6 Fornecedores e credores

Os saldos a seguir representam os valores correspondentes ao passivo circulante do IFC e se resumem às obrigações com a folha de pagamento, fornecedores e credores e demais obrigações, conforme demonstrado na tabela 12.

Tabela 12 – Obrigações – composição.

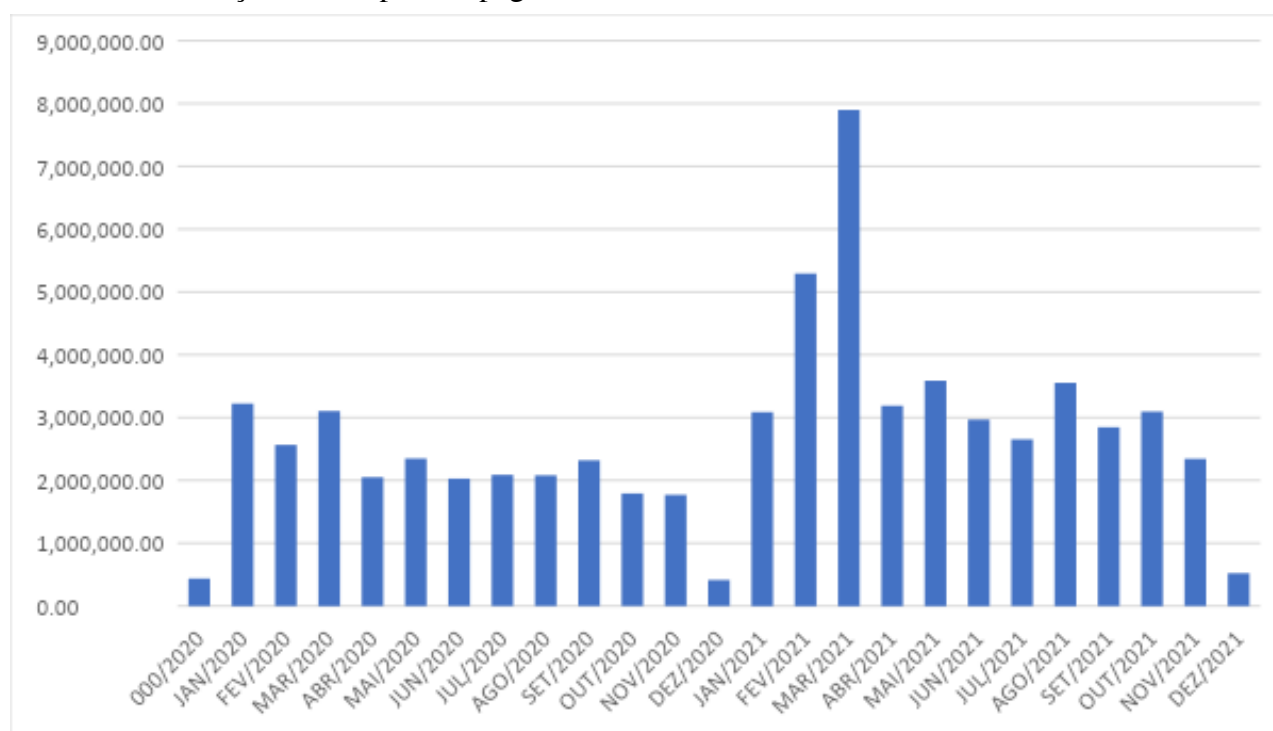
Obrigações totais	31/12/2021	31/12/2020	A. H. (%)
Trabalhistas, previdenciárias e assistenciais	29.216.760,60	26.895.692,54	8,63%
Fornecedores e contas a pagar	521.389,09	414.590,17	25,76%
Obrigações fiscais	0,00	0,00	-
Demais obrigações	26.613.442,29	20.292.025,15	31,15%
Total	56.351.591,98	47.602.307,86	18,38%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

A maior despesa gerada pelo IFC se refere à folha de pagamento, refletindo assim nos maiores valores de passivo (despesas a pagar). A execução de tais passivos ocorre sempre no início de cada mês, mas são lançadas no final do mês anterior, permanecendo assim, saldos a pagar ao final de cada competência. As obrigações trabalhistas, previdenciárias e de assistência registraram um leve aumento de 8,63% em comparação com 31/12/2020, que se refere à evolução linear a natural das despesas com a folha de pagamento. O crescimento das despesas com a folha de pagamento é orgânico e mantém uma tendência linear de aumento. Já em relação aos fornecedores e contas pagar, o IFC apresentou um aumento de 25,76% no período, sendo que 100% deste saldo se refere a obrigações a curto prazo e de fornecedores nacionais. No encerramento do ano ocorre um aumento de recebimento de limite de saque para pagamento das despesas, que tem por finalidade, entre outros, reduzir o volume de inscrição de restos a pagar e evitar o uso de recursos financeiros arrecadados em determinado exercício para pagar despesas liquidadas em exercícios anteriores. Excetuado o último mês do exercício, os demais meses mantém o mesmo padrão de recebimento de recursos financeiros, desta forma, os períodos finais dos trimestres apresentarão volumes de fornecedores e credores a pagar mais elevados em comparação com a competência de dezembro de cada exercício. Tal situação é notada na comparação realizada abaixo, em que o exercício de 2020 se manteve estável nos valores devidos, sendo que a partir de 2021, registra-se um aumento exponencial de saldos de passivos, sendo que o pico foi alcançado na competência 03/2021, onde permaneceu um valor de R\$ 7.896.684,77 à pagar no encerramento desta competência. Tal situação se deve principalmente pois até o primeiro trimestre de 2021, a LOA ainda não se encontrava publicada, fazendo com que o governo federal trabalhasse em um modo conservador, onde eram liberados apenas 1/18 avos por mês dos valores previstos na PLOA 2021, gerando um baixo envio de financeiro para a execução das despesas liquidadas ao longo dos primeiros meses de 2021, sendo

que uma redução mais significativa ocorreu apenas nos dois últimos meses do ano, dado esse evidenciado pelo gráfico 6.

Gráfico 6 – Evolução das despesas a pagar.



Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Na tabela 13, são apresentadas as unidades gestoras do IFC com os maiores valores de fornecedores e contas a pagar até ao final do quarto trimestre de 2021.

Tabela 13 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.

Unidade Gestora	31/12/2021	A. V. (%)
Campus Araquari	178.168,88	34,17%
Reitoria	102.084,37	19,58%
Campus Camboriú	74.807,84	14,35%
Campus Blumenau	46.632,17	8,94%
Campus Santa Rosa do Sul	41.122,34	7,89%
Demais unidades	119.695,83	22,96%
Total	521.389,09	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021.

A unidade de maior destaque é o campus Araquari, com 34,17% do total de fornecedores e contas a pagar, sendo que o principal credor, com um valor a receber de R\$ 85.985,61, é a empresa PJ Construções, responsável pela construção do laboratório de piscicultura do campus. Em seguida, a unidade com maior destaque é a Reitoria, que possui um único credor no encerramento do exercício de 2021, a qual seja a empresa Energiza Instalações Elétricas, responsável pela construção da subestação de energia do campus avançado Abelardo Luz.

A grande maioria dos fornecedores e credores do IFC são empresas que possuem contratos de prestação de serviços continuados e que, por sua natureza jurídica e atividades de cessão de mão de obra, oferecem vários tipos de serviços, englobando inúmeros contratos com várias unidades gestoras. Na tabela 14, destacamos os cinco principais fornecedores do IFC com valores a receber em 31/12/2021.

Tabela 14 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

Fornecedor	31/12/2021	A. V. (%)
Energiza Instalações Elétricas Ltda	102.084,37	19,58%
PJ Construções Ltda	85.985,61	16,49%
Adservi – Administradora de Serviços Ltda	79.751,55	15,30%
Jade Construtora Eireli	40.064,06	7,68%
Valdir Guilherme Dutra	38.281,91	7,34%
Demais fornecedores	175.221,59	33,61%
TOTAL	521.389,09	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021.

O fornecedor que representa o maior volume de contas a pagar é a empresa Energiza Instalações Elétricas com 19,58% do total, referente a obra de construção da subestação de energia no campus avançado de Abelardo Luz, seguida pela empresa PJ Construções, com 16,49%.

4.7 Demais obrigações

As demais obrigações a pagar representam 47,23% do total do passivo circulante e são compostas pelos valores restituíveis, que compreendem as retenções da folha de pagamento, como os consignados bancários e pensões alimentícias e as retenções de tributos decorrente de pagamentos a fornecedores, e também de outras obrigações como pagamentos pendentes a pessoas físicas, como bolsas de estudo, diárias, compras com cartão do governo federal e TED a comprovar.

Os termos de execução descentralizada – TED registrados na conta de outras obrigações, se referem a 38 termos formalizados na Reitoria. Muitos destes TED's já foram encerrados e carecem apenas dos lançamentos de prestação de contas. Tais lançamentos são feitos no ente que descentralizou os recursos, que em sua maioria foi a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Na tabela 15 são discriminados os termos que ainda se encontram em aberto e seus respectivos valores.

Tabela 15 – Termos de Execução Descentralizados.

Inscrição	Objeto	Valor R\$
674358	Bolsas PRONATEC	4.741.631,07
678343	Bolsas PRONATEC	4.336.108,47
683119	Bolsas PRONATEC	355.837,43
684621	Bolsas PRONATEC	1.311.342,79
686288	Programa de extensão	178.572,50
686300	Custeio Campus São Bento do Sul	159.810,93
689900	Construção restaurante Campus Camboriú	1.481.228,61
694468	Equipamentos Campus Brusque	633.022,51
694469	Construção olericultura Campus Santa Rosa do Sul	436.927,97
694496	Construção silvicultura Campus Santa Rosa do Sul	423.926,48
696770	Equipamentos de laboratórios diversos campi	996.367,33
698434	Equipamentos Campus Luzerna	499.942,05
698435	Sistema preventivo de incêndio Campus Blumenau	96.609,04
698439	Pavimentação e paisagismo Campus Araquari	140.972,07
698474	Usinas fotovoltaicas	1.919.479,29
698575	Instalador de sistemas Campus Videira	59.754,82
698710	Equipamentos de laboratório diversos campi	501.025,80
699987	Insumos e equipamentos para produção de álcool gel	55.595,00
1AAACG	Ações contra o COVID-19	299.776,30
1AAATZ	Ciclone bomba	287.832,25
1AABKA	Ciclone bomba	70.404,00
1AABKB	Ciclone bomba	286.278,95
1AABOR	Ciclone bomba	114.723,00
1AABOS	Ciclone bomba	22.770,35
1AABOT	Ciclone bomba	174.254,00
1AADAL	Laboratórios IFmaker	370.813,76
1AADEK	FAPEU – EJA	1.188.482,13
1AADIL	Reforma bloco de produção vegetal	425.256,96
1AADJV	Pintura e recuperação Campus Rio do Sul	213.232,80
1AADNL	Cães guias	425.561,04
1AADNN	Hakaton	114.706,96
1AADNX	Reforma bloco pet Campus Camboriú	701.551,48
1AADUL	Manutenção infraestrutura Campus Araquari	376.776,30
1AADUM	Readequação rede elétrica Campus Camboriú	231.207,29
1AAFCF	Ted 15/2021 SAFC	172.380,04
1AAFIX	Modernização equipamentos de TI e audiovisual	92.579,00
1AAGBG	Aquisição de equip. laboratório Campus Luzerna	47.668,10

1AAGDM	Reforma telhado Campus Rio do Sul	489.456,40
TOTAL		24.433.865,27

Fonte: SIAFI, 2021.

4.8 Obrigações Contratuais

Em 31/12/2021, o IFC possuía um saldo de R\$ 48.718.388,99 relacionados a obrigações contratuais, que serão executados até o(s) próximo(s) exercício(s). As obrigações contratuais relacionadas com prestação de serviços representam 91,90% das obrigações assumidas pelo IFC até o mês de dezembro de 2021, pois compreendem a maior parcela de gastos do órgão, destacando-se os serviços terceirizados de apoio técnico, construções e fornecimento de energia. Registrou-se ainda um aumento geral das obrigações contratuais com um aumento total de 30,47%, resultante principalmente pela inclusão de vários contratos de obras iniciadas no início do exercício e do contrato de gestão de frota, centralizado na Reitoria. Na tabela 16, são apresentados os valores registrados, segregando-se essas obrigações, de acordo com a natureza dos contratos.

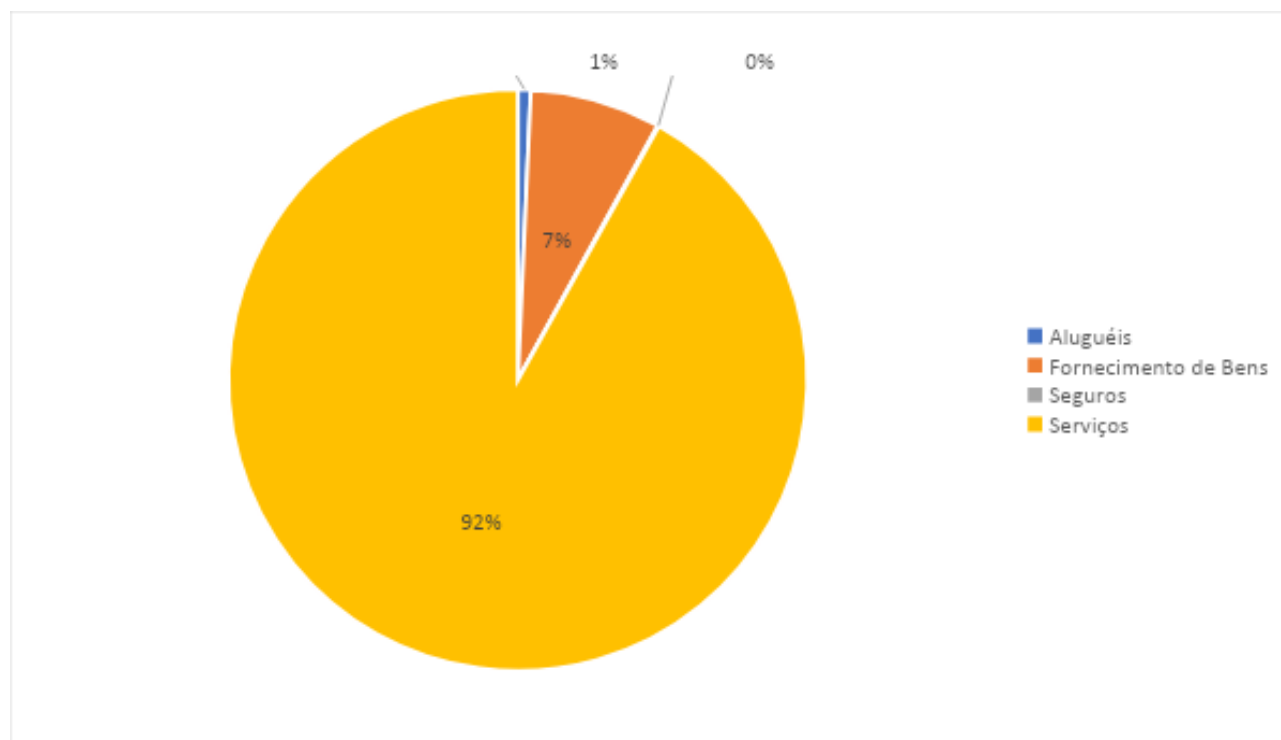
Tabela 16 – Obrigações Contratuais – Composição

Obrigações Contratuais	31/12/2021	31/12/2020	A. H. (%)
Aluguéis	349.697,81	419.963,19	-16,73%
Fornecimento de Bens	3.561.443,21	1.808.448,17	96,93%
Seguros	36.222,22	47.601,32	-23,91%
Serviços	44.771.025,75	35.065.894,89	27,68%
TOTAL	48.718.388,99	37.341.907,57	30,47%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

No gráfico 7 são demonstrados os pesos de cada obrigação contratada.

Gráfico 7 – Obrigações contratuais.



Fonte: SIAFI, 2021.

Na sequência, apresenta-se a tabela 17 com as obrigações contratuais por unidades gestoras, em que são destacadas as unidades com maior representatividade, destacando-se a unidade Reitoria, responsável por 35,31% das obrigações contratuais e que apresentou um aumento de 34,39% em comparação com o mesmo período do ano passado, fatores ocasionados devido a centralização de alguns contratos nessa unidade.

Tabela 17 – Obrigações Contratuais – Por Unidade Gestora Contratante.

Unidade Gestora	31/12/2021	A. V. (%)
Reitoria	17.202.201,14	35,31%
Campus Santa Rosa do Sul	6.097.144,55	12,52%
Campus Videira	4.274.383,77	8,77%
Campus Camboriú	4.056.284,11	8,33%
Campus Blumenau	3.466.922,64	7,12%
Demais unidades	13.621.452,78	27,96%
Total	48.718.388,99	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021.

O contrato de maior vulto da unidade Reitoria é o da Lince – Segurança Patrimonial, com R\$ 5.615.546,89 de saldo, seguido pelo contrato com a Cândido Incorporadora, com R\$ 4.220.980,86. Na tabela 18 são apresentados os montantes das obrigações contratuais por fornecedor sendo que os montantes evidenciados, correspondem ao saldo contábil de 31/12/2021.

Tabela 18 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

Contratado	31/12/2021	A. V. (%)
Lince – Segurança Patrimonial Ltda	5.615.546,89	11,53%
Cândido Incorporadora Ltda	4.220.980,86	8,66%
Celesc Distribuição S.A.	3.119.978,97	6,40%
Neo Consultoria e Administração de Benefícios Eireli	1.967.951,30	4,04%
Mãos Peruanas Restaurante, Lanchonete e Eventos Eireli	1.784.412,85	3,66%
Demais contratos	32.009.518,12	65,70%
TOTAL	48.718.388,99	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021.

O contrato de vigilância institucional celebrado com a empresa Lince – Segurança Patrimonial representa 11,53% do total das obrigações, seguido do contrato com o fornecedor Cândido Incorporadora com 8,66%, responsável pela obra de construção de alojamento, casa funcional, sala de professores e etapa de urbanização do campus avançado de Abelardo Luz.

4.9 Precatórios

Atualmente o IFC possui um total de R\$ 3.606.910,92 registrados em precatórios, sendo que destes 95,08% são relativo a despesas de pessoal e 4,92% de terceiros. O montante é 32,54% menor que o valor registrado em 31/12/2020, que era de R\$ 5.347.070,39. A administração destes processos e lançamentos é feita pela justiça federal, sendo que os dados apenas refletem nas contas contábeis do IFC como passivos a pagar de curto prazo (90,62%) e passivos a pagar de longo prazo (9,38%).

4.10 Provisões

O IFC não apresentou informações de provisão em 31/12/2021.

5. Notas Explicativas do Balanço Orçamentário (BO)

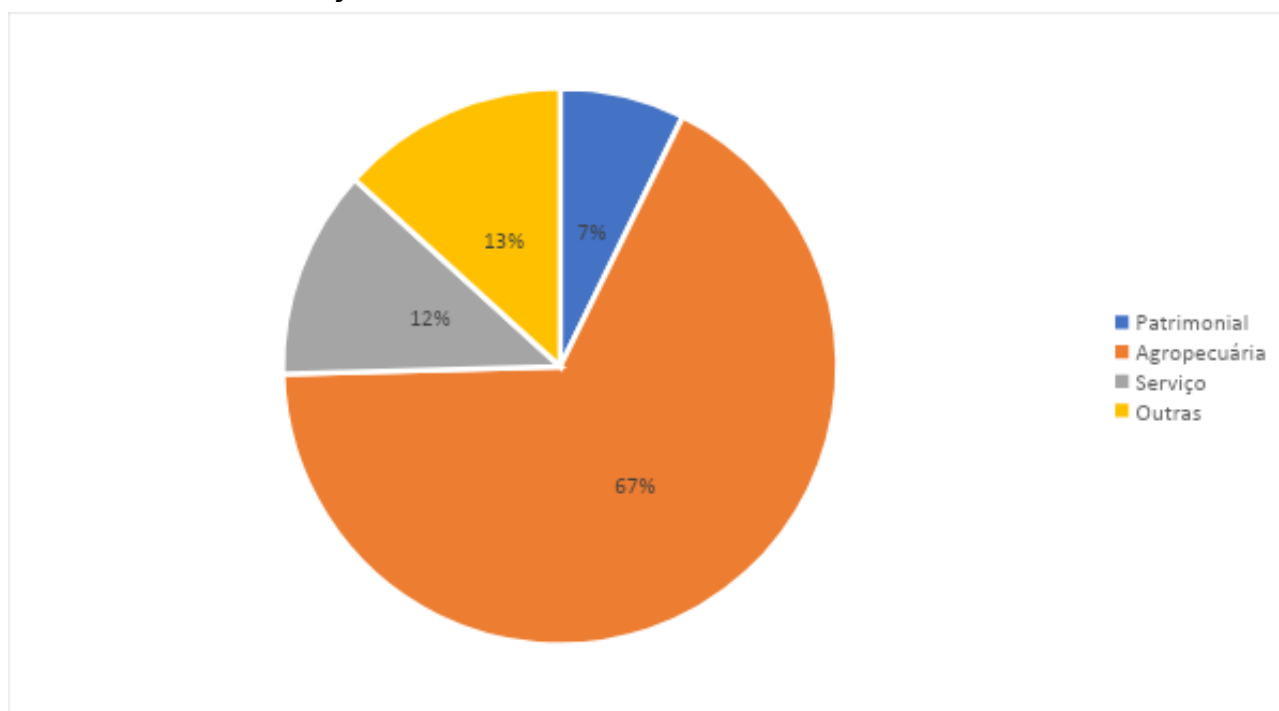
O BO é a demonstração contábil que evidencia a receita prevista e a arrecadada e também as despesas autorizadas versus a executada. Serão expostos neste item as informações relevantes ocorridas no quarto trimestre de 2021.

5.1 Receitas Orçamentárias

Até 31/12/2021, o IFC arrecadou um montante total R\$ 751.967,17 de receitas próprias, correspondendo a 83,45% do valor inicialmente previsto na LOA, índice abaixo do esperado devido a pandemia de COVID-19 onde grande parte das atividades presenciais e processos seletivos foram suspensos. A partir do terceiro trimestre, os índices voltaram a se normalizar, devido

a volta gradual de algumas atividades presenciais. O índice de realização de receitas foi atingido nas outras receitas correntes, com 261,68% do estimado e nas receitas agropecuárias, com 117,45%, já as receitas de serviços e as patrimoniais ficaram com 35% e 32% de realização respectivamente. Apesar do IFC não ter no seu rol de objetivos a arrecadação de receitas, as mesmas ocorrem devido algumas atividades que são desenvolvidas pelo órgão, como a produção de produtos agropecuários, em razão de seus cursos agrícolas, recolhimento de taxas de inscrição em processos seletivos, multas de bibliotecas e de contratos, além da cessão onerosa de espaços físicos como cantinas e restaurantes. As maiores receitas registradas são as receitas agropecuárias, com 67,30% do total e as outras receitas, como multas administrativas, contratuais e judiciais, com 13,27% conforme demonstrado no gráfico 8.

Gráfico 8 – Receitas orçamentárias.



Fonte: SIAFI, 2021.

Apenas as receitas agropecuárias e as outras receitas correntes vêm mantendo sua expectativa de arrecadação, uma vez que as atividades com a produção animal não foram descontinuadas ao longo do período de suspensão das atividades, haja vista que a retomada destes serviços seria bem mais onerosa do que a manutenção delas, os serviços administrativos e a exploração do patrimônio imobiliário permanecem com realizações baixas (35% e 32% respectivamente), uma vez que tais serviços permanecem prejudicados com a pandemia.

5.2 Despesas Orçamentárias

As despesas consideram-se executadas, quando ocorre a emissão da nota de empenho. Conforme balanço orçamentário, houve a execução de 100,52% das despesas com base

na dotação atualizada. O fato de ter ocorrido uma execução superior a 100%, se dá ao fato de que houve o recebimento de orçamento extraordinário, advindos principalmente de TEDs e emendas parlamentares. As despesas, assim como as receitas, se dividem em correntes e de capital. As despesas correntes correspondem a 95,75% do total das despesas, restando apenas 4,25% para as despesas de capital. Nas despesas correntes, 84,88% correspondem a despesas com pessoal e encargos sociais e 15,12% a outras despesas correntes. A tabela 19 demonstra tais informações em números absolutos.

Tabela 19 – Despesas orçamentárias – Composição

Despesas	Dotação inicial	Dotação atualizada	Empenhado	Exec (%)
Despesas correntes	407.460.931,00	401.035.117,00	395.747.652,53	98,68%
Pessoal e encargos sociais	337.721.396,00	340.387.575,00	334.959.039,54	98,41%
Outras despesas correntes	69.739.535,00	60.647.542,00	60.788.612,99	100,23%
Despesas de capital	996.145,00	10.113.595,00	17.551.564,01	173,54%
Investimentos	996.145,00	10.113.595,00	17.551.564,01	173,54%
Total	408.457.076,00	411.148.712,00	413.299.216,54	100,52%

Fonte: SIAFI, 2021.

A dotação inicial se refere aos valores aprovados na Lei Orçamentária anual - LOA, já os valores que são descentralizados posteriormente, compõem o total das dotações atualizadas, sendo que houve um acréscimo orçamentário de R\$ 2.691.636 em 2021, a maior parte referente ajustes para o pagamento de despesas com pessoal. A variação identificada da dotação inicial em relação a dotação atualizada nas outras despesas correntes e nas despesas de capital, se refere a alteração orçamentária executada ao longo do exercício, onde foram invertidos valores de custeio para orçamento de investimento, haja vista o baixo valor para investimentos autorizados na LOA para o exercício de 2021.

O grupo das “outras despesas correntes”, englobam todas as despesas, não obrigatórias, para custear o funcionamento da máquina pública, como aquisições de materiais de consumo, contratação de serviços em geral, auxílios financeiros à estudantes, benefícios estatutários dos servidores, entre outras. Até o final do quarto trimestre de 2021, o IFC teve como principais despesas correntes, as provenientes de locação de mão-de-obra (23,80%), seguido pelas despesas com o auxílio-alimentação (15,78%) e o auxílio financeiro a estudantes – bolsas (15,67%) conforme demonstrado na tabela 20. Até 31/12/2021, foram liquidados 78,67% do total das despesas correntes empenhadas.

Tabela 20 – Outras despesas correntes – Composição.

Natureza de despesa	Empenhadas	Liquidadas	A.V. (%)
Locação de mão-de-obra	14.467.366,65	11.301.883,58	23,80%
Auxílio-alimentação	9.590.504,90	9.590.504,90	15,78%

Auxílio financeiro a estudantes	9.523.239,40	6.459.297,60	15,67%
Outros serviços de terceiros – PJ	8.721.100,26	5.803.220,86	14,35%
Material de consumo	8.165.760,92	5.562.741,73	13,43%
Demais despesas	10.320.640,86	9.104.501,13	16,98%
TOTAL	60.788.612,99	47.822.149,80	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021.

5.3 Restos a pagar

Os restos a pagar (RP) se dividem em processados e não processados. Os restos a pagar processados (RPP), são aquelas despesas que foram empenhadas e liquidadas no exercício anterior e aguardam a execução financeira (pagamento). Já os restos a pagar não processados (RPNP), são as despesas que foram empenhadas em um exercício anterior, mas que não foram liquidadas até o dia 31 de dezembro daquele ano. A manutenção dos restos a pagar pode se dar pela falta de financeiro para realização do pagamento, em decorrência da não conclusão da entrega dos bens, serviços ou obra contratadas, ou ainda pela não conclusão da aferição da entrega dos mesmos (atesto) por parte do órgão contratante. A seguir, faz-se uma análise dos dados dos restos a pagar, apresentados na tabela 21, com as informações de cada etapa em que os restos a pagar se encontram em comparação com o encerramento do exercício anterior onde se constata um aumento de 26,63% dos restos a pagar geral.

Tabela 21 – Restos a pagar – Composição

Restos a pagar	31/12/2021	31/12/2020	A. H. (%)
RPNP A LIQUIDAR	6.396.540,79	5.221.374,82	22,51%
RPNP A LIQUIDAR EM LIQUIDAÇÃO	23.575,44	1.158,09	1.935,72%
RPNP LIQUIDADOS A PAGAR	235.591,45	58.366,07	303,64%
RPP A PAGAR	94.469,06	49.882,59	89,38%
TOTAL	6.750.176,74	5.330.781,57	26,63%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

O aumento registrado dos restos a pagar em comparação com o último trimestre de 2020, deve-se principalmente pela pandemia do COVID-19, uma vez que, com as atividades suspensas, muitos bens e serviços previstos ainda não foram entregues, permanecendo o saldo destes empenhos para execução no exercício futuro, bem como da inscrição de vários empenhos com obras de engenharia iniciados no final de 2020 e início de 2021.

Na tabela 22, são apresentadas as unidades gestoras do IFC com os maiores valores de restos a pagar registrados, sendo que o Campus Camboriú possui os maiores volumes, com 24,05%, valores justificados por obras empenhadas ao final de 2020 mas que a empresa vencedora dos certames, não vem realizando a execução das mesmas.

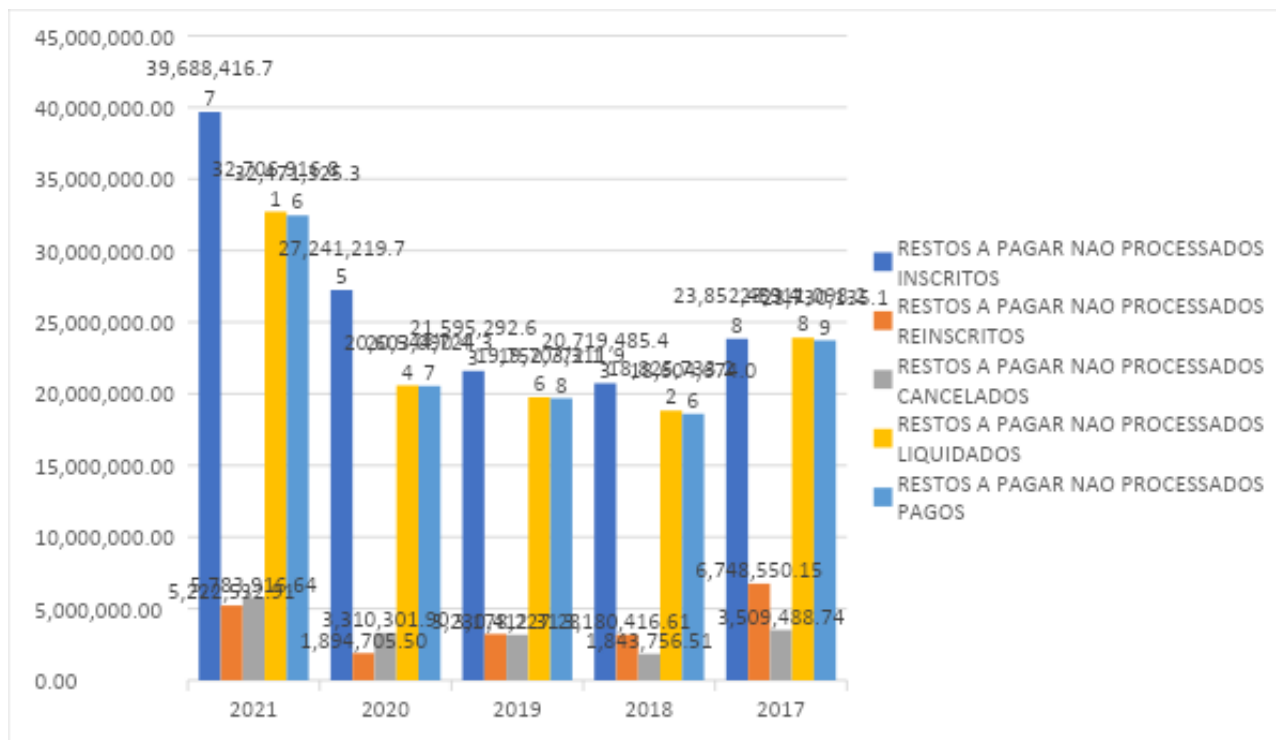
Tabela 22 – Restos a pagar – Por Unidade Gestora.

Unidade Gestora	31/12/2021	A. V. (%)
Campus Camboriú	1.623.484,64	24,05%
Campus Concórdia	1.150.388,92	17,04%
Campus Luzerna	1.077.249,35	15,96%
Reitoria	753.770,61	11,17%
Campus Blumenau	529.783,69	7,85%
Demais unidades	1.615.499,53	23,93%
Total	6.750.176,74	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021.

Com a publicação do Decreto nº 9.428 de 29/06/2018, o orçamento destinado à manutenção da educação passou a obedecer ao mesmo critério de anulação dos restos a pagar dos demais órgãos do governo federal (exceto do ministério da saúde). Com essa alteração, começaram a valer os prazos de utilização, bloqueio e anulação dos empenhos de modo a evitar a manutenção prolongada de saldos de RP. Com as novas datas, os RP permanecem válidos até 30 de junho do segundo ano subsequente à sua inscrição como restos a pagar, sendo que após esse período o mesmo é bloqueado e, se não desbloqueado, o mesmo é anulado em 31 de dezembro do mesmo ano. A reinscrição dos empenhos em restos a pagar, significa dizer que a despesa permanece em RP mesmo transcorrido um ano após a sua inscrição. Ainda, devido o Decreto 10.579, de 18/12/2020, que abriu exceção para o uso de empenhos do ano de 2020 para pagar despesas geradas apenas em 2021, notou-se um aumento significativo da inscrição e execução deste tipo de orçamento no exercício de 2021. Para fins comparativos, foi gerado o gráfico 9 que demonstra a evolução dos RPNP dos últimos 5 anos.

Gráfico 9 – Restos a pagar por etapa.



Fonte: SIAFI, 2017 a 2021.

6. Notas Explicativas do Balanço Financeiro (BF)

O BF é a demonstração contábil que visa evidenciar as receitas e despesas orçamentárias, detalhando o fluxo financeiro do período. Serão expostos neste item as informações relevantes ocorridas no quarto trimestre de 2021.

6.1 Ingressos

Os ingressos são representados pelos totais de recebimentos orçamentários e extraorçamentários. Eles também são classificados de acordo com a sua destinação, sendo separadas em ordinárias e vinculadas. As primeiras se referem aquelas de livre destinação do gasto público e as vinculadas, aquelas cuja destinação já se encontra vinculada a alguma finalidade específica estabelecida pela legislação. Os dados apresentados na tabela 23 foram extraídos do balanço financeiro do SIAFI Web e comparam-se com os dados do mesmo período do ano passado. No intervalo analisado, houve um aumento geral de 4,88% puxado principalmente pelo aumento de mais de 33 milhões das transferências financeiras recebidas, o que correspondeu a 7,80% de aumento. Já os demais indicadores apresentaram redução dos ingressos motivados pela menor arrecadação de receitas próprias e uma menor inscrição de restos a pagar no exercício de 2021 em detrimento ao ocorrido no exercício de 2020.

Tabela 23 – Ingressos – Composição

Ingressos	31/12/2021	31/12/2020	A. H. (%)
Receitas orçamentárias	751.967,17	797.029,49	-5,65%
Transferências financeiras recebidas	468.063.397,43	434.202.372,33	7,80%
Recebimentos extraordinários	58.256.959,15	64.014.184,08	-8,99%
Saldo do exercício anterior	24.697.873,13	27.081.301,49	-8,80%
TOTAL	551.770.196,88	526.094.887,39	4,88%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

As transferências financeiras representam 84,83% do total de ingressos seguido pelos recebimentos extraordinários com 10,56%, sendo que as receitas próprias representam apenas 0,14% o que evidencia a dependência financeira do órgão pelos repasses por parte do governo federal.

6.2 Dispêndios

Os dispêndios são representados pelos totais de saídas orçamentárias e extraorçamentárias. Eles também são classificados entre ordinárias e vinculadas. Na tabela 24 são demonstrados os dados dos dispêndios até 31/12/2021.

Tabela 24 – Dispêndios – Composição

Dispêndios	31/12/2021	31/12/2021	A. H. (%)
Despesas orçamentárias	413.299.216,54	407.844.405,66	1,34%
Transferências financeiras concedidas	53.122.228,27	46.996.487,24	13,03%
Pagamentos extraordinários	56.930.531,99	46.556.121,36	22,28%
Saldo para o exercício seguinte	28.418.220,08	24.697.873,13	15,06%
Total	551.770.196,88	526.094.887,39	4,88%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

A análise horizontal identificou um aumento em todos os dispêndios das despesas orçamentárias no período analisado, gerando um crescimento geral de 4,88%. As despesas orçamentárias possuem a maior representatividade, com 74,90% do total, sendo a maior parte, despesas ordinárias. Verificando ainda os saldos de restos a pagar, nota-se um aumento significativo dos pagamentos dos RPNP, equivalente a 58,05% em comparação com o mesmo período do ano passado, haja vista que houve um volume significativamente maior de inscrições em restos a pagar de 2020 para 2021 do que vinha ocorrendo nos exercícios anteriores conforme demonstrado no item 5.3, sendo estes pagos ao longo de 2021.

6.3 Resultado financeiro

O resultado financeiro do período pode ser obtido mediante a aplicação de 2 métodos. O primeiro, pela soma dos ingressos, exceto caixa, deduzindo-se os dispêndios, exceto caixa, o segundo método consiste na dedução do saldo de caixa para o exercício seguinte com o saldo do exercício anterior. Para o quarto trimestre de 2021, identificamos um resultado positivo no montante total de R\$ 3.720.346,95, resultado 256,09% menor que o resultado negativo ocorrido no quarto trimestre de 2020, que registrou um saldo deficitário de R\$ 2.383.428,36.

7. Notas Explicativas da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A DVP é a demonstração contábil que visa evidenciar o resultado patrimonial do período, demonstrando as mutações ocorridas no patrimônio. O seu registro é realizado em decorrência do princípio da competência. Serão expostos neste item as informações relevantes ocorridas no quarto trimestre de 2021.

7.1 Variação Patrimonial Aumentativa (VPA)

A variação patrimonial aumentativa decorre da exploração de bens. As VPA's ocorridas até 31 de dezembro de 2021 são comparadas com o mesmo período do ano passado e estão expressas na tabela 25.

Tabela 25 – Variações patrimoniais aumentativas – Composição

VPA	31/12/2021	31/12/2020	A. H. (%)
Exploração e venda de bens e serviços	649.813,88	717.750,42	-9,47%
Variações patrimoniais financeiras	113,37	20.154,09	-99,44%
Transferências recebidas	470.002.735,54	436.128.516,57	7,77%
Valorização ativos e desincorporação passivos	506.858.558,60	177.527.350,24	185,51%
Outras variações aumentativas	437.288,65	343.443,18	27,32%
TOTAL	977.948.510,04	614.737.214,50	59,08%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

A VPA com maior representatividade é a de valorização de ativos e desincorporação de passivos, com 51,83% do total, seguida pelas transferências e delegações recebidas, com 48,06%. A reavaliação de ativos (aumento de 598,07%) e os ganhos com incorporação de ativos (aumento de 187,81%), colaboraram para o registro dos 185,51% de aumento das valorizações dos ativos, ocasionado pelos lançamentos do processo de reavaliação a qual gera novo valor patrimonial dos bens e também a incorporação e ajuste de bens imóveis ao longo do exercício, principalmente do campus Araquari, que incrementou R\$ 317.887.215,69 em bens imóveis que não estavam registrados no sistema SPIUnet ou que necessitavam de algum ajuste nos valores registrados, elevando assim o resultado geral das variações patrimoniais aumentativas em 59,08%. Nota-se ainda que a exploração e venda de bens e serviços, que representa apenas 0,07% das variações

aumentativas, teve uma redução de 9,47%, o evidencia a dependência deste órgão com os repasses advindos do governo federal para a sua manutenção.

7.2 Variação Patrimonial Diminutivas (VPD)

A variação patrimonial diminutiva decorre do consumo dos recursos, dentre os quais destacamos as desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos, com 49,72% de representatividade e as despesas com pessoal e encargos, com 34,43% do total. As VPD's ocorridas até 31 de dezembro de 2021 são comparadas com o mesmo período do ano passado e estão expressas na tabela 26.

Tabela 26 – Variações patrimoniais diminutivas – Composição

VPD	31/12/2021	31/12/2020	A. H. (%)
Pessoal e encargos	324.879.072,49	312.857.381,86	3,84%
Benefícios previdenciários e assistenciais	29.668.966,67	27.645.267,71	7,32%
Uso de bens e serviços	55.949.586,32	43.722.062,11	27,97%
Variações patrimoniais financeiras	2.913,67	4.750,80	-38,67%
Transferências concedidas	55.002.399,96	48.478.546,00	13,46%
Desvalorização ativos e incorporação passivos	469.123.669,91	168.025.513,37	179,20%
Tributárias	110.796,17	127.286,88	-12,96%
Outras variações diminutivas	8.863.902,49	9.713.914,32	-8,75%
TOTAL	943.601.307,68	610.574.723,05	54,54%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Assim como houve um aumento das VPA decorrentes dos lançamentos da reavaliação, houve também um aumento das desvalorizações de ativos e incorporações de passivos devido o mesmo motivo, haja vista que alguns bens perderam valor patrimonial, resultando numa variação de 179,20%, o que contribuiu para o aumento de 54,54% das variações patrimoniais diminutivas.

7.3 Resultado patrimonial

O resultado patrimonial do quarto trimestre de 2021, é de R\$ 34.347.202,36, sendo que o mesmo período do ano passado registrou um resultado de R\$ 4.162.491,45, culminando numa variação de 725,16%.

8. Notas Explicativas da Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC)

A DFC é a demonstração contábil que visa evidenciar as entradas e saídas de caixa e as classificam em fluxos operacionais, de investimentos e de financiamentos. Serão expostos neste item as informações relevantes ocorridas no quarto trimestre de 2021.

8.1 Fluxos operacionais

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extraorçamentárias e os desembolsos efetuados, tanto para o pagamento de despesas orçamentárias, quanto para as despesas extraorçamentárias. Até dezembro de 2021, o IFC apresentou um saldo das atividades operacionais de R\$ 17.117.085,80, ou seja, 190,92% à maior que o mesmo período do ano passado. A tabela 27 apresenta de forma detalhada os ingressos e desembolsos do período.

Tabela 27 – Atividades operacionais – Composição

Operacionais	31/12/2021	31/12/2020	A. H. (%)
Ingressos	469.904.016,07	435.593.387,21	7,88%
Receita patrimonial	54.742,51	100.360,40	-45,45%
Receita agropecuária	506.057,07	437.631,95	15,64%
Receita de serviços	91.355,87	182.505,74	-49,94%
Outras receitas	99.811,72	76.530,40	30,42%
Outros ingressos operacionais	469.152.048,90	434.796.957,72	7,90%
Desembolsos	452.786.930,27	429.710.132,98	5,37%
Pessoal e demais despesas	347.828.992,58	333.665.799,05	4,24%
Transferências concedidas	51.087.831,56	48.739.463,96	4,82%
Outros desembolsos operacionais	53.870.106,13	47.304.869,97	13,88%
Total	17.117.085,80	5.883.854,23	190,92%

Fonte: SIAFI, 2020 e 2021.

Os ingressos tiveram um aumento de 7,88%, enquanto que os desembolsos tiveram um aumento de 5,37%. Em relação aos ingressos, apenas as receitas agropecuárias, outras receitas e os outros ingressos apresentaram uma evolução em comparação com o ano de 2020, com crescimentos de 15,64%, 30,42% e 7,90% respectivamente, as demais receitas evidenciam a redução das arrecadações operacionais isso por que a atividade agropecuária é uma das únicas que ainda se mantêm ativa durante o período da pandemia, enquanto as demais foram suspensas a partir de março de 2020. Os ingressos recebidos a título de outros ingressos operacionais, se referem em sua grande maioria, às transferências financeiras recebidas, que representam 99,61% do total de ingressos. Dos desembolsos, os valores se mantiveram semelhantes ao mesmo período do ano passado, com um leve aumento de 5,37%, sendo que o desembolso de maior relevância é com

despesas com educação, com 71,08% do total.

8.2 Fluxos de investimentos

As atividades de investimento compreendem as receitas e despesas de capital, isto é, os valores que compreendem a constituição de dívidas, alienação de bens e direitos, reservas e transferências de capital e as aquisições de ativos imobilizados e concessão de empréstimos. Até o terceiro trimestre de 2021, o IFC apresentou um saldo negativo das atividades de investimento de R\$ 13.396.738,85, devido a característica do órgão, que não realiza ingressos de investimento no período, apenas desembolsos sendo que 95,78% se referem a aquisição de ativos não circulantes, refletindo um aumento de 62,05% em comparação com os desembolsos do quarto trimestre de 2020.

Também, devido a sua característica de ser uma autarquia federal, vinculada ao ministério da educação, a qual oferece cursos gratuitos, o IFC não possui atividades de financiamento registrados nos períodos analisados.

Já a geração de líquida de caixa, acompanhou o ritmo das atividades operacionais, deduzidas as atividades de investimento, a qual resultaram em um saldo positivo de R\$ 3.720.346,95, diferentemente do resultado do mesmo período do ano passado, que gerou um caixa negativo de R\$ 2.383.428,36, ou seja, uma variação de menos 256,09%

9. Notas Explicativas referentes despesas de combate ao COVID-19

O IFC executou orçamento para combate ao COVID-19 através de três TED: o 9207 para aquisição de insumos e materiais para produção de álcool em gel; 9259 para aquisição de equipamentos, materiais e insumos de combate à pandemia, como impressoras 3D, máscaras, aventais, entre outros e o 9427 proveniente do edital CONIF para ações de combate ao COVID-19. O total das despesas foi empenhada e paga conforme demonstrado na tabela 28.

Tabela 28 – Gastos com combate ao COVID-19.

Operacionais	31/12/2021	Exec. (%)
CUSTEIO	520.248,30	100,00%
DESPESA EMPENHADA	520.248,30	100,00%
DESPESA LIQUIDADADA	520.248,30	100,00%
DESPESA PAGA	485.933,30	93,40%
RPP PAGA (2021)	34.315,00	6,60%
INVESTIMENTO	122.955,25	100,00%
DESPESA EMPENHADA	122.955,25	100,00%
DESPESA LIQUIDADADA	122.955,25	100,00%

DESPESA PAGA	122.955,25	100,00%
Total	643.203,55	100,00%

Fonte: SIAFI, 2021.

Houve apenas duas liquidações com inscrição em restos a pagar processados, a qual já foram executadas em janeiro de 2021.